

A

N

A

I

S

I SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

2021



FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS
FAMESC



I SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (ANAIS)

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel
Profa. Ma. Neuza Maria de Siqueira Nunes

EDITORAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DOS ANAIS

Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel
Profa. Ma. Neuza Maria de Siqueira Nunes

ISBN: 979-84-9858-911-4

FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS

Avenida Governador Roberto Silveira, nº 910
Bom Jesus do Itabapoana-RJ
CEP: 28.360-000
Site: www.famescbji.edu.br
Telefone: (22) 3831-5001

Projeto Gráfico da Capa: Tauã Lima Verdán Rangel



O conteúdo de cada trabalho é de responsabilidade exclusiva dos autores.
A reprodução dos textos é autorizada mediante citação da fonte.



FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS

FAMESC



**I Simpósio de
Iniciação Científica
FAMESC**

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca Marlene Henriques Alves – Famesc

Simpósio de Iniciação Científica da Faculdade Metropolitana São Carlos
(1. : 2021 : Bom Jesus do Itabapoana, RJ)
Anais do 1º Simpósio de iniciação científica da FAMESC, 2021 /
organização Tauã Lima Verdan Rangel e Neuza Maria de Siqueira
Nunes. – Bom Jesus do Itabapoana, RJ : [s.n.], 2021.
105 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 979-84-9858-911-4

1. UNIVERSIDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS –
CONGRESSOS 2. PESQUISA - CONGRSSOS 3. ENSINO
SUPERIOR – PESQUISA - CONGRESSO I. Rangel, Tauã Lima
Verdan (org.) II. Nunes, Neuza Maria de Siqueira III. Faculdade
Metropolitana São Carlos II. Título

CDD 001.42



COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Mnda. Anysia Carla Lamão Pessanha

Mestranda em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense. Membro do Grupo de Pesquisa “Faces e Interfaces do Direito: Sociedade, Cultura e Interdisciplinaridade no Direito”.

Profa. Dra. Bianca Magnelli Mangiavacchi

Doutorado e Mestrado em Biociências e Biotecnologia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Membro do Comitê de Ética Animal (CEUA) do Instituto Federal Fluminense e do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Faculdade Metropolitana São Carlos. É avaliador institucional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP. Coordenadora do Curso de Licenciatura de Ciências Biológicas da Faculdade Metropolitana São Carlos e Coordenadora do Ciclo Básico do curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos

Profa. Dra. Cláudia Caixeta Franco Andrade Colete

Doutorado em Ciências Biológicas, com ênfase em Genética, pela Universidade de São Paulo. Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Membro do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Faculdade Metropolitana São Carlos. Docente dos Cursos de Medicina e de Enfermagem da Faculdade Metropolitana São Carlos.

Profa. Dra. Fernanda Santos Curcio

Doutorado e Mestrado em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Membro do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Faculdade Metropolitana São Carlos. Docente dos Cursos de Administração, Direito, Medicina e Enfermagem da Faculdade Metropolitana São Carlos.

Profa. Dra. Laís Teixeira Lima

Doutorado e Mestrado em Cognição e Linguagem Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Docente dos Cursos de Administração (EaD) e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos.

Profa. Dra. Lívia Mattos Martins

Doutorado e Mestrado em Biociências e Biotecnologia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Membro do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Faculdade Metropolitana São Carlos. Docente dos Cursos de Medicina e Enfermagem da Faculdade Metropolitana São Carlos.



Profa. Ma. Maria de Lourdes Ferreira Medeiros de Matos

Mestrado em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Mestrado Profissionalizante em Terapia Intensiva pela Sociedade Brasileira de Terapia Intensiva. Docente do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos.

Profa. Ma. Maria Margarete Salvate Brasil

Mestra em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa: Secretária de Estado de Educação - Governo do Estado do Rio de Janeiro (a partir de 2010). Docente dos Cursos de Administração, Direito, Medicina e Enfermagem da Faculdade Metropolitana São Carlos.

Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

Estudos Pós-Doutorais em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense. Doutor e Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Coordenador de Pesquisa, Trabalho de Conclusão de Curso, Monitoria e Iniciação Científica da Faculdade Metropolitana São Carlos. Coordenador do Grupo de Pesquisa "Fases e Interfaces do Direito: Sociedade, Cultura e Interdisciplinaridade no Direito". Docente dos Cursos de Direito e Medicina (licenciado) da Faculdade Metropolitana São Carlos.

Profa. Ma. Vânia Márcia Silva do Carmo Brito

Mestre em Ensino e Tecnologia pelo Instituto Federal Fluminense Campus Campos-Centro. Mediadora de Conflitos (credenciada pelo NUPEMEC/RJ). Coordenadora no CAPS II em Itaperuna/RJ, desde julho/2021. Coordenadora do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) da Faculdade Metropolitana São Carlos. Docente dos Cursos de Administração, Direito e Enfermagem da Faculdade Metropolitana São Carlos.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Profa. Dra. Fernanda Castro Manhães

Diretora Acadêmica

Profa. Ma. Neuza Maria de Siqueira Nunes

Coordenadora de Extensão

Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

Coordenador de Pesquisa e Trabalho de Curso

Sra. Thaís Batista Souza

Secretária das Coordenações de Extensão e de Pesquisa

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Apresentação | 12 |
| Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel | |
| GT CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS..... | 14 |
| O direito a uma renda mínima em tempos de pandemia? Desenvolvimento humano, dignidade e Covid-19 em convergência | 15 |
| Albert Lima Machado, Alice Bartholazi França & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| Vulnerabilidade em tempos pandêmicos: o agravamento da situação de vulnerabilidade social em razão da pandemia do Covid-19 | 17 |
| Albert Lima Machado, Alice Bartholazi França & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| A ruptura da ótica binarista em face da intersexualidade: o corpo como estrutura de biopoder em um cenário de afirmação de direitos sexuais..... | 19 |
| Carulini Polate Cabral & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| Autonomia sobre o corpo feminino? O (ir)reconhecimento do direito à laqueadura como direito reprodutivo no ordenamento brasileiro | 21 |
| Carulini Polate Cabral & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| Deus não é um camponês: uma análise acerca do contrassenso existente entre produção agrícola e fome no campo | 23 |
| Douglas Souza Guedes & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| Solidariedade e alimentação na pauta do dia: pensar e repensar o papel desempenhado pelo Banco de Alimentos na promoção do direito à alimentação..... | 24 |
| Douglas Souza Guedes & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| A “Geopolítica da Fome” em tempos contemporâneos: pensar a fome à luz de decisões políticas..... | 26 |
| Douglas Rodrigues Saluto & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| Soberania alimentar e nutricional em pauta: pensar a alimentação como elemento de preservação da soberania do Estado | 28 |
| Douglas Rodrigues Saluto & Tauã Lima Verdan Rangel | |



| | |
|--|-----------|
| O bloco do mínimo existencial à luz da teoria dos direitos fundamentais: promoção da dignidade da pessoa humana e o direito ao desenvolvimento..... | 30 |
| Emanuely Terra Dias, Gisele Aparecida Martins Moreira & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| Tensões entre liberdade de expressão e <i>fake news</i>: pensar a extensão do direito fundamental em um contexto de incerteza de informações..... | 32 |
| Emanuely Terra Dias, Gisele Aparecida Martins Moreira & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| A extensão da locução “métodos extrajudiciais de tratamento de conflitos” à luz da cultura dialógica | 34 |
| Fabrício Barbosa Alvarenga, Jones Urubatan Frias Rabello Filho & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| Mais diálogo, menos litígio: a cultura dialógica como instrumento de ruptura da visão processual adversarial | 36 |
| Fabrício Barbosa Alvarenga, Jones Urubatan Frias Rabello Filho & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| Obscurantismo informacional em tempos de democracia em vertigem..... | 38 |
| Gabriel Rocha Oliveira, Jéssica Ferreira Machado & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| Reserva do possível <i>versus</i> estado mínimo de saúde aceitável: uma análise da promoção dos direitos sociais à luz da reserva econômica | 40 |
| Gabriel Rocha Oliveira, Jéssica Ferreira Machado & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| Princípio do planejamento familiar à luz da Constituição Federal de 1988: em pauta, a liberdade de constituição familiar..... | 42 |
| Jessiane Schitini Cabral & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| Ser mulher ou nascer mulher? Reflexões sobre a aplicação alargada da concepção de feminino no âmbito de incidência da Lei Maria da Penha..... | 44 |
| Jessiane Schitini Cabral & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| Conectividade e pandemia do Covid-19: pensar a educação em cenários cpandêmicos | 46 |
| Kathleen de Almeida Muruci & Tauã Lima Verdan Rangel | |



| | |
|--|-----------|
| Pensar a educação como instrumento de emancipação e desenvolvimento humano: em pauta, o direito fundamental..... | 48 |
| Kathleen de Almeida Muruci & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| A contribuição teórico-empírica de Mauro Cappelletti e Bryan Garth para o movimento de acesso à justiça no contexto brasileiro | 50 |
| Lorena Duarte Viana, Alexsanderson Zanon de Oliveira Melo, Carulini Polate Cabral & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| Acesso à justiça e mutirões de conciliação: pensar a massificação da cultura acordista no âmbito do Microssistema dos Juizados Especiais..... | 52 |
| Lorena Duarte Viana, Alexsanderson Zanon de Oliveira Melo, Carulini Polate Cabral & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| A face esverdeada da dignidade da pessoa humana: a concepção jusfilosófica de mínimo existencial socioambiental e a vedação ao retrocesso ambiental | 54 |
| Luis Felipe de Castro Torres & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| Por uma nova fronteira ambiental: o reconhecimento da natureza como sujeito de direitos | 56 |
| Luis Felipe de Castro Torres & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| Direito fundamental à vacinação? Impactos da pandemia sobre a efetivação do direito à saúde..... | 57 |
| Rodrigo Tatagiba Souza & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| Necropolítica em tempos de pandemia do Covid-19: pensar os obstáculos de efetivação da saúde e a escalada de mortes no cenário brasileiro | 59 |
| Rodrigo Tatagiba Souza & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| Racismo ambiental em pauta: acesso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para quem? | 61 |
| Welington Cipriano da Silva & Tauã Lima Verdan Rangel | |
| GT CIÊNCIAS DA SAÚDE | 63 |
| A construção da relação terapêutica do Enfermeiro e sua importância para o cuidado com a saúde mental do paciente..... | 64 |
| Ana Clara Gomes da Silva, Juliana Gomes Campos, Vânia Márcia Silva do Carmo Brito & Maria Margarete Salvate Brasil | |

| | |
|---|-----------|
| Saúde mental e gênero: o perfil sociodemográfico de pacientes em um Centro de Atenção Psicossocial..... | 66 |
| Clara da Silva Pascoal Abreu, Izabella Silva Ferreira Machado, Stephanie da Silva Antunes Santos, Vânia Márcia Silva do Carmo Brito & Maria Margarete Salvate Brasil | |
| Avaliar a importância do acolhimento do Enfermeiro aos sujeitos com ideação suicida | 68 |
| Aline de Oliveira da Silva, Dirlene de Souza Mendonça Alves, Maria Lúcia da Costa Inocêncio, Vânia Márcia Silva do Carmo Brito & Maria Margarete Salvate Brasil | |
| Estresse e ações de educação em saúde: contexto da promoção da saúde mental no trabalho..... | 70 |
| Maria da Penha Medeiros dos Santos, Ariana de Souza Maximiano, Fabiana Pimentel dos Santos, Vânia Márcia Silva do Carmo Brito & Maria Margarete Salvate Brasil | |
| Humanização da assistência de enfermagem frente ao paciente idoso na Estratégia Saúde da Família..... | 72 |
| Camille de Oliveira Pimentel, Jaqueline Silva Souza, Jéssica Silva Queiróz, Vânia Márcia Silva do Carmo Brito & Maria Margarete Salvate Brasil | |
| A interdisciplinaridade na prática clínica: o cuidado integral do paciente com ênfase nas atividades privativas ao Médico, ao Enfermeiro e ao Farmacêutico | 74 |
| Isabela Valinho Abreu & Cláudia Caixeta de Franco Andrade | |
| Compaixão e espiritualidade na relação Médico-Paciente..... | 76 |
| Carlos Eduardo Brizolla Theodoro, Felipe Tavares Souza, Lenira Pelloso Leite, Rafaela Cristina Vieira & Maria de Lourdes Ferreira Medeiros de Matos | |
| Determinantes sociais da saúde e vulnerabilidade social: uma revisão de literatura | 78 |
| Ana Luiza Nascimento Gonçalves, Izabela de Melo Alves, Bianca Magnelli Mangiavacchi & Fernanda Santos Curcio | |
| Diagnóstico salivar de toxoplasmose para levantamentos epidemiológicos em situação de surto | 80 |
| Adrielly Marques da Silva Amorim, Winícius Cardoso Donatti, Lívia Mattos Martins & Bianca Magnelli Mangiavacchi | |

Doenças negligenciadas e da pobreza nas regiões Norte e Noroeste Fluminense e Sul Capixaba: uma abordagem interdisciplinar – Covid-19 82
Maria Geovana Teixeira de Carvalho Meireles, Bianca Magnelli Mangiavacchi & Lívia Mattos Martins

Doenças negligenciadas e da pobreza nas regiões Norte e Noroeste Fluminense e Sul Capixaba: uma abordagem interdisciplinar 84
Ana Laura Trindade, Bianca Magnelli Mangiavacchi & Lívia Mattos Martins

Doenças negligenciadas e da pobreza nas regiões Norte e Noroeste Fluminense e Sul Capixaba: uma abordagem interdisciplinar – Dengue, Chikungunya e Zika 86
Rubia de Oliveira Lima, Bianca Magnelli Mangiavacchi & Lívia Mattos Martins

Doenças negligenciadas e da pobreza nas regiões Norte e Noroeste Fluminense e Sul Capixaba: uma abordagem interdisciplinar – Sífilis 88
Larissa de Menezes Jiquiriçá, Bianca Magnelli Mangiavacchi & Lívia Mattos Martins

Espiritualidade e religiosidade como promotoras do bem-estar em paciente acometido por Covid-19 em UTI 90
Karla Bernardo Batista, Laryssa Coutinho de Andrade Farolfi Ribeiro, Lerverson Ferreira Chaves, Rafaela Cristina Vieira & Maria de Lourdes Ferreira Medeiros de Matos

Humanização em saúde e os determinantes sociais: uma revisão de literatura 92
Lucas Ramos Crizostomo, Ana Luísa F. de Rezende Rangel, Maria de Lourdes Ferreira Medeiros de Matos, Fernanda Santos Curcio & Bianca Magnelli Mangiavacchi

Os múltiplos olhares do cuidado centrado no paciente pelos profissionais da saúde: uma revisão de literatura 94
Rayane Pires Ourique de Valois, Luanny de Souza Santos, Maria de Lourdes Ferreira Medeiros de Matos, Fernanda Santos Curcio & Bianca Magnelli Mangiavacchi

Práticas integrativas e complementares e determinantes sociais em saúde: uma revisão de literatura 96
João Pedro do Valle Varela, Marcos Silva de Almeida Filho, Lívia Mattos Martins, Fernanda Santos Curcio & Bianca Magnelli Mangiavacchi



| | |
|---|------------|
| Relação entre marcadores inflamatórios e o risco de suicídio em pacientes com depressão..... | 98 |
| Natália Moreira de Souza Leal, Pedro Henrique Medeiros, Maria de Lourdes Ferreira Medeiros de Matos, Alcemar Antônio Lopes de Matos & Antonio Neres Norberg | |
| Relações de gênero, determinantes sociais e iniquidades em saúde: uma revisão de literatura | 100 |
| Verena Pamponet Magalhães, Thaís Cristina Sodré Silva, Tau a Lima Verdan Rangel, Fernanda Santos Curcio & Bianca Magnelli Mangiavacchi | |
| Relações de gênero, masculinidades e determinação social do processo saúde-doença: uma revisão de literatura | 102 |
| Emily Amaral Gonçalves, Julia Vidal Emery Santos, Tau a Lima Verdan Rangel, Fernanda Santos Curcio & Bianca Magnelli Mangiavacchi | |
| Saúde mental dos profissionais de saúde durante a pandemia da Covid-19 | 104 |
| Adrielly Marques da Silva Amorim, Bruno Luiz Lage Correia, Mair Luce Figueiredo Porto Carr ero, Thiago Neves de Azevedo & Maria de Lourdes Ferreira Medeiros de Matos | |



APRESENTAÇÃO

Pensar o espaço acadêmico, sobretudo na contemporaneidade, perpassa, necessariamente, em analisar o papel simbólico da Universidade perante o contexto formacional, profissional e de cidadania. Mais do que isso, é reconhecer que o ambiente acadêmico é, por excelência, complexo, diversificado, heterogêneo, democrático, questionador e crítico. Aludido conjunto de aspectos, quando convergentes, permitem que a produção técnico-científica ultrapasse os limites geoespaciais da Academia e passe a incidir no em torno, na vida cotidiana dos indivíduos. Aqui, há, portanto, a tão almejada aproximação entre o conhecimento técnico-científico e as necessidades cotidianas.

A partir de tal viés, a Faculdade Metropolitana São Carlos, ao reafirmar o seu compromisso com a qualidade acadêmica e, ao mesmo tempo, com o em torno que a cerca, vem, de maneira reiterada, fomentando e incentivando o desenvolvimento de pesquisa científica. Tal aspecto decorre da missão institucional de compreender que a IES não é apenas um espaço de formação técnica, com a reunião de conhecimentos teóricos e práticos, imprescindíveis para as áreas cursadas pelos discentes. De maneira complementar e indissociável, a IES, também, se reconhece como ambiente de insumo para o desenvolvimento do “espírito” científico dos acadêmicos envolvidos, a fim de propiciar a formação completa, reunindo em um cotidiano diálogo os três eixos do ensino superior: Ensino, Extensão e Pesquisa.

Nesta perspectiva, o **I Simpósio de Iniciação Científica da Faculdade Metropolitana São Carlos** se apresenta como um espaço de convergência das pesquisas em desenvolvimento, a título de iniciação científica, reunindo os mais diversos segmentos formacionais e as reflexões alcançadas por seus pesquisadores. É o evento que inaugura,



em âmbito institucional, a primeira proposta organizada de iniciação científica, introduzindo, na vivência prática e cotidiana dos discentes, o “fazer ciência” como uma ferramenta diferenciadora de produção do conhecimento e de fortalecimento das vivências formacionais na construção de uma perspectiva crítico-reflexiva sobre a Academia e o papel a ser desempenhado pelo discente como um agente de modificação no ambiente em que se insere.

O I Simpósio de Iniciação Científica da Faculdade Metropolitana São Carlos constitui, desta feita, um espaço de comunicação, de construção do conhecimento e do “espírito” científico, bem como a reafirmação da FAMESC na promoção de uma formação diferenciada de seus envolvidos. Congregando discentes e docentes, enquanto pesquisadores e fomentadores da pesquisa, o evento externa o esforço, o suor e o comprometimento dos envolvidos em produzir Ciência no noroeste fluminense.

A partir disso, convidamos a todos à leitura das produções científicas que compõem o presente.

Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel
Coordenador Institucional de
Pesquisa e de Trabalho de Curso

GT
CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS



FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS

FAMESC



O DIREITO A UMA RENDA MÍNIMA EM TEMPOS DE PANDEMIA? DESENVOLVIMENTO HUMANO, DIGNIDADE E COVID-19 EM CONVERGÊNCIA¹

Albert Lima Machado (MACHADO, A. L.) - albertmachado2019kk@hotmail.com¹

Alice Bartholazi França (FRANÇA, A. B.) – alicebartholazi@hotmail.com¹

Tauã Lima Verdán Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

1Graduandos do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

RESUMO

A emergência da pandemia do COVID-19, no contexto brasileiro, foi responsável por estabelecer discussões que envolvem um novo conceito de normalidade, sem, contudo, dado o contexto de desigualdade que vigora no Brasil, abandonar pautas tradicionais, em especial no que se refere à promoção da justiça social. O objetivo do presente está assentado em analisar, a partir da pandemia do coronavírus, o debate acerca do direito à renda mínima enquanto instrumento de afirmação da dignidade da pessoa humana. A metodologia empregada pautou-se no método dedutivo de análise. A pesquisa pode ser enquadrada como um estudo exploratório e de natureza quali-quantitativa. A concepção de dignidade da pessoa humana, consagrada na Constituição Federal, se apresenta, enquanto um elemento jurídico-filosófico, dotada de elevada densidade e que se traduz como mecanismo de afirmação das necessidades mais fundamentais e indissociáveis do ser humano. Contudo, com a pandemia provocada pelo Sars-Cov-19, questões tradicionais da discussão de justiça social vieram, por mais uma vez, à tona, explicitando o contexto de desigualdade e de comprometimento dos direitos das populações mais vulneráveis e que

¹ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica “Covid-19 e o (re)pensar da nova normalidade no contexto do Direito”.



foram afetadas de maneira direta, inclusive com o comprometimento das necessidades mais básicas. Assim, a dicotomia entre a imposição de isolamento social (*lockdown*) e a necessidade de garantia de renda mínima para sobrevivência ganharam contornos vinculados diretamente à própria sobrevivência. Assim, é responsabilidade do Estado promover igualdade social e assegurar o desenvolvimento humano aos seus cidadãos, para que a sociedade seja mais democrática e esteja fundamentada no princípio da Dignidade da Pessoa Humana. A título de considerações finais, verifica-se que o direito à renda mínima, em tempos de pandemia, é uma manifestação à dignidade da pessoa humana, visto que assegura que o cidadão tenha condições econômicas de arcar com o mínimo, sobretudo no âmbito das necessidades humanas, para se manter em uma condição digna.

Palavras-chave: Renda Mínima; Direito Fundamental; COVID-19.

Instituição de fomento: FAMESC.



VULNERABILIDADE EM TEMPOS PANDÊMICOS: O AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM RAZÃO DA PANDEMIA DO COVID-19²

Albert Lima Machado (MACHADO, A. L.) - albertmachado2019kk@hotmail.com¹

Alice Bartholazi França (FRANÇA, A. B.) – alicebartholazi@hotmail.com¹

Tauã Lima Verdan Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

1Graduandos do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

No ano de 2020, teve início no mundo todo, a pandemia que causou um contágio em massa devido ao vírus SARS-CoV-2, também conhecido como coronavírus, que causa a doença conhecida como COVID-19. O objetivo do presente está assentado em analisar os impactos da pandemia para o agravamento da situação de vulnerabilidade social vivenciada no território brasileiro. A metodologia empregada pautou-se no método dedutivo de análise. A pesquisa, no que compete à sua classificação, pode ser enquadrada como um estudo exploratório e de natureza quali-quantitativa. Como técnicas de pesquisa, empregaram-se a revisão de literatura, sob o formato sistemático, pesquisa bibliográfica e a análise de dados secundários, disponibilizados por instituições governamentais (IPEA e IBGE). No princípio, pouco se conhecia acerca do COVID-19, apenas que seu quadro clínico podia ser parecido com um resfriado ou com uma pneumonia severa, além da sua rápida transmissão. Por se tratar de um novo vírus, a forma mais eficaz que encontraram para conter a transmissão foi o isolamento social, tal medida procura evitar o contato entre pessoas através da paralisação ou redução de atividades não essenciais ou atividades que

² Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica “Covid-19 e o (re)pensar da nova normalidade no contexto do Direito”.



podem gerar aglomerações. Assim, comércios e escolas foram fechados, para que a movimentação de pessoas fosse reduzida. Todavia, com a paralisação, milhões de pessoas se viram sem uma fonte de renda, o que aumentou a população que vive na miséria. A fome e a taxa de desemprego cresceram de maneira acentuada, colocando em destaque os fossos e mazelas sociais que impactam, de maneira direta, a busca pela promoção da justiça social. A título de considerações finais, denota-se um aumento crescente da situação de vulnerabilidade social vivenciada no Brasil, o que impactou, de maneira direta, na questão do agravamento da distribuição de renda e no número de indivíduos empregados ou em estado de informalidade.

Palavras-chave: Pandemia; Vulnerabilidade Social; COVID-19.

Instituição de fomento: FAMESC.



A RUPTURA DA ÓTICA BINARISTA EM FACE DA INTERSEXUALIDADE: O CORPO COMO ESTRUTURA DE BIOPODER EM UM CENÁRIO DE AFIRMAÇÃO DE DIREITOS SEXUAIS³

Carulini Polate Cabral (CABRAL, C. P.) – carulinipcabral@gmail.com¹
Tauã Lima Verdán Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

¹Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

²Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

Por muito tempo, a definição de “família normal” era preenchida pela figura do masculino e feminino, e tudo o que fosse contrário a essa ideia era afastado pela sociedade e taxado como anormal ou desviante. Com a evolução da sociedade, a pessoa do “hermafrodita”, agora chamado de “intersexo”, passou a ser objeto de estudo, deixando de ser ocultados pela sociedade em geral. Desse modo, o presente texto tem o objetivo de externar toda a (des)construção do binarismo sexual trazendo à tona toda o percurso da população intersexual, além de evidenciar todas as conquistas de direitos adquiridos por essa população, que ainda apresenta uma grande invisibilidade dentro do ordenamento jurídico pátrio. Para tanto, utiliza-se do método dedutivo e historiográfico. As intervenções precoces nos recém-nascidos na tentativa de “adequação” a um sexo “normal” ainda são o motivo das principais discussões entre a sociedade médica e todo o movimento intersexo. O motivo da discussão se pauta no fato de que pessoas que foram submetidas a essas cirurgias no passado, alegam ter sofrido ou sofrer grandes prejuízos no que tange o procedimento em si e tudo o que gira ao seu redor. A Organização das Nações Unidas

³ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica “Sob o manto do arco-íris: sexualidade, gênero e direito em convergência: uma análise das múltiplas manifestações da sexualidade e suas ressonâncias no campo do Direito”.



sugere que os países comecem a proibir a prática de procedimentos e cirurgias desnecessárias em recém-nascidos em decorrência das diversas consequências negativas que podem vir a ocorrer, como sofrimento mental e diversos outros. Assim, como considerações finais, é necessário reconhecer que as cirurgias sejam feitas quando as pessoas intersexos já tenham a capacidade de decidir por si mesmas o sexo que melhor se identificam para que elas tenham a possibilidade de exercer plenamente seus direitos de autonomia e de autodeterminação, tendo ainda a garantia do respeito à dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Intersexualidade; Binarismo Sexual; Autonomia.

Instituição de fomento: FAMESC.



AUTONOMIA SOBRE O CORPO FEMININO? O (IR)RECONHECIMENTO DO DIREITO À LAQUEADURA COMO DIREITO REPRODUTIVO NO ORDENAMENTO BRASILEIRO⁴

Carulini Polate Cabral (CABRAL, C. P.) – carulinipcabral@gmail.com¹
Tauã Lima Verdán Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

¹Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

²Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

As questões relacionadas à reprodução, muito embora guardem relação com todos os indivíduos recaem sobre o feminino simplesmente pelo fato de a maior parte desse processo ocorrer no corpo da mulher. Dessa forma, em virtude de uma herança patriarcal, centrada na figura do homem, a mulher acaba se tornando a responsável por todas as tarefas ligadas à reprodução enquanto ao homem não recai ônus algum. Dessa maneira, a figura feminina passa a ser vinculada à tarefa de procriação, organização do lar, submissão ao marido e educação dos filhos, sendo excluída da vida social. Nesse diapasão, a autonomia reprodutiva feminina é desconsiderada e a sexualidade passa a ser restrita à apenas uma parcela de indivíduos. Após o período de industrialização, às mulheres foi dada uma maior autonomia no exercício de sua sexualidade devido ao desenvolvimento de métodos contraceptivos como a pílula anticoncepcional, por exemplo. Tal fato representa um marco importante nas escolhas reprodutivas e sexuais da população feminina e nesse âmbito, o procedimento de laqueadura torna-se uma ferramenta de autodeterminação individual importante para a concretização dessa autonomia sexual e reprodutiva. Importante

⁴ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica “Sob o manto do arco-íris: sexualidade, gênero e direito em convergência: uma análise das múltiplas manifestações da sexualidade e suas ressonâncias no campo do Direito”.



destacar que tal procedimento foi, por muito tempo, considerado como crime de lesão corporal qualificada vindo a ser realmente regulada pela lei 9.263/96 que normatiza o procedimento cirúrgico da laqueadura como exercício do planejamento familiar. Metodologicamente, optou-se pela utilização dos meios dedutivo e historiográfico, contando ainda com a utilização da revisão de literatura no caráter sistemático.

Palavras-chave: Reprodução; Autonomia; Mulher; Laqueadura;

Instituição de fomento: FAMESC.



DEUS NÃO É UM CAMPONÊS: UMA ANÁLISE ACERCA DO CONTRASSENÇO EXISTENTE ENTRE PRODUÇÃO AGRÍCOLA E FOME NO CAMPO⁵

Douglas Souza Guedes (GUEDES, D. S.) – dsouzaguedes@gmail.com¹
Tauã Lima Verdán Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

1Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

O presente estudo tem como objetivo principal tecer uma análise acerca do contrassenço existente entre a produção agrícola e a fome no campo. Para tanto se faz necessário discorrer acerca do fenômeno da fome a partir das perspectivas apresentadas por Thomas Malthus, Josué de Castro e Amartya Sen, tecer breves considerações sobre importância da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) para garantia da dignidade humana e por fim abordar a dicotomia existente entre a produção agrícola e a fome no campo a partir da discussão proposta por Jean Ziegler em “Destrução Massiva: Geopolítica da Fome”. A metodologia empregada para a construção do presente trabalho se baseou na utilização de métodos dedutivos e historiográficos. A partir do critério de abordagem, a pesquisa é categorizada como qualitativa. No que concernem às técnicas de pesquisa, empregaram-se a pesquisa bibliográfica e a revisão de literatura sob o formato sistemático.

Palavras-Chave: Produção agrícola; Meio rural; Famílias do campo; Fome.

Instituição de fomento: FAMESC.

⁵ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “Sob os auspícios de Deméter: barreiras e entraves no processo de promoção do direito humano à alimentação e da segurança alimentar e nutricional em uma proposição regional”.



SOLIDARIEDADE E ALIMENTAÇÃO NA PAUTA DO DIA: PENSAR E REPENSAR O PAPEL DESEMPENHADO PELO BANCO DE ALIMENTOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO⁶

Douglas Souza Guedes (GUEDES, D. S.) – dsouzaguedes@gmail.com¹
Tauã Lima Verdan Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

¹Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

²Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

É fato que a rede de equipamentos públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos integram uma ação estratégica da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, contribuindo para a redução dos índices de insegurança alimentar da população, além de promover o acesso à alimentação adequada e saudável. O objetivo do presente é analisar banco de alimentos, na condição de equipamento público de fortalecimento e concreção dos ideários da segurança alimentar e nutricional. A metodologia empregada na elaboração do presente estudo pautou-se na utilização do método dedutivo. Acerca da perspectiva de enfrentamento da temática, a pesquisa se apresenta como qualitativa. Em relação à técnica de pesquisa, optou-se pela revisão de literatura sistemática. Ao pensar o direito humano à alimentação adequada, deve-se reconhecer a necessidade de se pensar, nos moldes de atuação em rede, de equipamentos capazes de atuar na seleção, higienização e distribuição dos alimentos para a população mais vulnerável, em especial no contexto de pandemia, cujos dados revelam o aumento robusto de parcela da população em situação de insegurança alimentar e nutricional.

⁶ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “Sob os auspícios de Deméter: barreiras e entraves no processo de promoção do direito humano à alimentação e da segurança alimentar e nutricional em uma proposição regional”.



Assim, o banco de alimentos se apresenta como equipamento imprescindível à difusão do ideário de solidariedade alimentar, permitindo, via de consequência, um protagonismo da sociedade civil, organizada ou não, no combate à cultura do desperdício e na promoção do direito à alimentação adequada. Nesta perspectiva, em tom de considerações finais, cuida reconhecer que o banco de alimentos, na condição de equipamento público de alimentação, desempenha papel importante na edificação da solidariedade familiar e no comprometimento da sociedade no combate à cultura do desperdício, bem como contribui, diretamente, para que haja um fortalecimento dos ideários do direito à alimentação adequada, em especial devido à população diretamente atendida por aquele.

Palavras-chave: Bancos de Alimentos; Direito a Alimentação; Solidariedade; Pandemia.

Instituição de fomento: FAMESC.

A “GEOPOLÍTICA DA FOME” EM TEMPOS CONTEMPORÂNEOS: PENSAR A FOME À LUZ DE DECISÕES POLÍTICAS⁷

Douglas Rodrigues Saluto (SALUTO, D. R.) - douglas_saluto@hotmail.com¹
Tauã Lima Verdán Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

¹Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

²Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

Após o surgimento dos primeiros casos de infecção pelo novo coronavírus e sua subsequente propagação pelo mundo inteiro, em termos introdutórios, a humanidade viu-se obrigada a modificar hábitos e padrões estabelecidos. A pandemia provocou o estabelecimento de uma nova normalidade e colocou à mostra situações de crise nos mais diversos âmbitos. O objetivo do presente é analisar a escalada da desigualdade social, a partir do avanço e da proliferação da pandemia do COVID-19, no âmbito nacional. Em termos metodológicos, a pesquisa pode ser enquadrada como um estudo exploratório e de natureza quali-quantitativa. À medida que a pandemia intensificou-se nos diversos países, as autoridades governamentais adotaram decisões e mecanismos de contenção, combate e achatamento das curvas de crescimento. Com a ampliação dos efeitos da crise pandêmica, cuida reconhecer que o contingente de infectados e de mortos aumentou exponencialmente. Contrariando grande parte das nações mundiais, a questão da pandemia, no Brasil, foi permeada por um negacionismo institucional e, posteriormente, com a omissão do Poder Público no que se relaciona ao combate e às medidas de

⁷ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “Sob os auspícios de Deméter: barreiras e entraves no processo de promoção do direito humano à alimentação e da segurança alimentar e nutricional em uma proposição regional”.



mitigação de alastramento do vírus. Não obstante, o Poder Executivo escolheu negar a gravidade da situação, afirmando que a economia não poderia parar, assim, o resultado foi à elevação do número de mortes, o enfraquecimento substancial da economia e o abatimento tomaram conta da população, trazendo desdobramento para os diversos sociais, incluindo-se, aqui, o acesso a direitos básicos. A título de considerações finais, denota-se que os índices de fome e desemprego subiram, fazendo com que o antigo debate sobre a necessidade de uma renda básica universal ressurgisse, como uma possível medida para mitigar os efeitos da pandemia, no campo do bem-estar social e da garantia dos direitos mais basilares e fundamentais, a mais de cem milhões de pessoas.

Palavras-chave: Desigualdade Social; Pandemia; COVID-19.

Instituição de fomento: FAMESC.



SOBERANIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM PAUTA: PENSAR A ALIMENTAÇÃO COMO ELEMENTO DE PRESERVAÇÃO DA SOBERANIA DO ESTADO⁸

Douglas Rodrigues Saluto (SALUTO, D. R.) - douglas_saluto@hotmail.com¹
Tauã Lima Verdán Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

¹Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

²Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

O presente texto tem por escopo a discussão da soberania alimentar como um dos elementos necessários para a existência da soberania de um Estado independente. Na segunda metade do século XX, acreditava-se que se a produção alimentícia fosse intensificada, o problema da fome seria resolvido de forma imediata. Dessa forma, empresas multinacionais empenharam grandes esforços na busca por substâncias ou modificações genéticas que fossem capazes de acelerar a produção de cada espécie. Todavia, ao fim dessa jornada, notou-se a existência de um grande estoque alimentício, enquanto que a mazela da fome permaneceu. Assim, aponta-se que o real problema não era a baixa produção, mas a inexistência de condições financeiras por parte majoritária da população mundial. Por conseguinte, grupos de pequenos produtores começaram a reivindicar o sistema capitalista como o principal culpado pela fome no mundo, visto que as empresas não se preocupam em alimentar as pessoas, mas a obter o máximo de lucro possível. Ademais, os governantes deveriam empenhar-se no desenvolvimento de políticas públicas que tivessem como escopo a geração de empregos com salários dignos. Em

⁸ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “Sob os auspícios de Deméter: barreiras e entraves no processo de promoção do direito humano à alimentação e da segurança alimentar e nutricional em uma proposição regional”.



paralelo a isto, aponta-se a soberania alimentar como elemento imprescindível para a existência e manutenção da soberania de uma nação, ou seja, com uma produção alimentícia totalmente nacional, nenhuma empresa ou nação poderá fazer uso desse direito como forma de obter vantagem econômica ou política. Desta feita, torna-se imperioso maior investimento na agricultura familiar e de subsistência, tendo em vista uma dieta nutritiva e completamente orgânica, e que vise o bem-estar alimentício da nação, e não meramente o lucro. A pesquisa, ainda, se apresenta como dotada de natureza qualitativa. Como técnicas de pesquisa, foram empregadas a revisão de literatura sob o formato sistemático.

Palavras-chave: Soberania Alimentar; Segurança Alimentar; Alimentação.

Instituição de fomento: FAMESC.



O BLOCO DO MÍNIMO EXISTENCIAL À LUZ DA TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: PROMOÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO⁹

Emanuely Terra Dias (DIAS, E. T.) – emanuely.td@gmail.com¹

Gisele Aparecida Martins Moreira (MOREIRA, G. A. M.) - giselemartins0311@gmail.com¹

Tauã Lima Verdán Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

1Graduandas do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

O escopo do presente está assentado em analisar o direito ao desenvolvimento, à luz do bloco do mínimo existencial e da dignidade das pessoas humanas. Como é cediço, a Constituição Federal de 1988, reverberando o movimento de consolidação dos direitos humanos no âmbito internacional, plasmou a dignidade da pessoa humana como superprincípio da ordem jurídica nacional e fio condutor primário para a interpretação da promoção dos direitos. Neste sentido, a concepção de mínimo existencial emerge como a concepção de um piso mínimo vital, imprescindível e indissociável do desenvolvimento humano. Aliás, o próprio desenvolvimento humano é deslocado do plano meramente econômico e passa a figurar como premissa para as potencialidades humanas e para o próprio atendimento da dignidade da pessoa humana. Pensar, portanto, o desenvolvimento, neste quadrante, encontra arrimo na efetivação dos direitos fundamentais e, ainda, na erradicação de todas as expressões de desigualdade. Nesta linha, garantir o direito à educação implica, de maneira direta, em promover a própria concepção axiológica de desenvolvimento e de dignidade da pessoa humana. A

⁹ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica “A (in)efetividade dos direitos fundamentais sociais no contexto jurídico-político brasileiro: convergências, divergências e dissonâncias”.



metodologia empregada na construção do presente pautou-se na utilização dos métodos historiográfico e dedutivo.

Palavras-chave: Direito ao Desenvolvimento Humano; Dignidade da Pessoa Humana; Mínimo Existencial.

Instituição de fomento: FAMESC.

TENSÕES ENTRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E *FAKE NEWS*: PENSAR A EXTENSÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL EM UM CONTEXTO DE INCERTEZA DE INFORMAÇÕES¹⁰

Emanuely Terra Dias (DIAS, E. T.) – emanuely.td@gmail.com¹

Gisele Aparecida Martins Moreira (MOREIRA, G. A. M.) – giselemartins0311@gmail.com¹

Tauã Lima Verdán Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

1Graduandas do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

A liberdade de expressão é um requisito essencial para o Estado Democrático de Direito, sendo assegurada pela Constituição Federal de 1888 representa a manifestação livre de ideias, pensamentos, opiniões, crenças, sem nenhum tipo de censura. Todavia, esse direito não é absoluto, cabendo punições quando forem utilizados com abusos ou informações inverídicas, como no objeto de estudo deste trabalho, as *Fake News*. O presente artigo visa discorrer sobre a liberdade de expressão e seu percurso histórico até chegar à sociedade da informação, seu impacto através das *Fake News* e avanços tecnológicos. A metodologia empregada pautou-se na utilização dos métodos historiográfico e dedutivo. O primeiro teve como incidência estabelecer a liberdade de expressão e seu recorte histórico através da análise da primeira dimensão dos direitos humanos. No que concerne ao segundo método, aplicou-se em razão do recorte temático proposto. Ainda no que tange ao enfrentamento da temática científica, a pesquisa se caracteriza como qualitativa. A técnica de pesquisa principal utilizada foi a revisão de literatura sob o formato sistemático. Além disso, em razão da abordagem qualitativa empregada, foram utilizadas, ainda, a pesquisa

¹⁰ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica “A (in)efetividade dos direitos fundamentais sociais no contexto jurídico-político brasileiro: convergências, divergências e dissonâncias”.



bibliográfica e a análise documental. A sociedade contemporânea vive o desenvolvimento e a difusão dos meios tecnológicos de comunicação, isto é, a sociedade da informação. Apesar de oferecer muitos benefícios, a internet também oferece riscos e geram novos conflitos aos seus utilizadores, pois, as notícias não são compartilhadas pelo seu conteúdo informativo, mas passam a ser distribuídas pelo seu valor associativo e identitário. Assim, perante a propagação da desinformação sobre diversos assuntos, surgem as indagações de como a liberdade de expressão pode ser exercida na internet e como seus usuários irão se comportar. A insegurança provocada por essa desinformação institui perigo a pluralidade política e, com isso, a democracia.

Palavras-chave: Direito; Estado Democrático de Direito; *Fake News*; Liberdade de Expressão.

Instituição de fomento: FAMESC.



A EXTENSÃO DA LOCUÇÃO “MÉTODOS EXTRAJUDICIAIS DE TRATAMENTO DE CONFLITOS” À LUZ DA CULTURA DIALÓGICA¹¹

Fabício Barbosa Alvarenga (ALVARENGA, F.B.) – fabricioalvarenga_@hotmail.com¹
Jones Urubatan Frias Rabello Filho (RABELLO FILHO, J. U.F.) – jonesfilho20@gmail.com¹
Tauã Lima Verdán Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

1Graduandos do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

Os conflitos sempre serão encontrados na sociedade, em razão da natureza humana, que, sempre que haja a percepção de ameaça, a bem ou direito. Contudo, vários são os casos em que, o conflito, acaba gerando situações mais gravosas e infelizes, sendo empregado o uso de violência, por parte de agente que julgue, por conta própria, ter o mérito da razão, e não aceita argumentos contrários a sua posição. O excesso de tais demandas faz com que o Judiciário nacional seja sobrecarregado, o que compromete a apreciação dos processos em trâmite. O escopo do presente está assentado em analisar, a partir da cultura dialógica, do alcance da expressão “métodos extrajudiciais de tratamento de conflitos”. A metodologia empregada na construção do presente pautou-se na utilização dos métodos historiográfico e dedutivo. A cultura processual brasileira encontra seus fundamentos nos primados da tradição Civil Law, cujo ponto central de sustentação se baseia, no âmbito processual, em procedimentos formalizados e que se voltam para a perspectiva adversarial. O processo, enquanto mecanismo de instrumentalização do direito material, é visto como um campo de embates e a busca pelo estabelecimento de

¹¹ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica “Sob o canto da Sereia no Poder Judiciário? Os métodos alternativos de tratamento de conflitos e a promoção de acesso à justiça”.



um ganhador se torna mais robusta. Ocorre, porém, que a perspectiva processual brasileira vem, sobretudo nas últimas décadas, aproximando-se dos ideários do diálogo como meio capaz de atender as demandas e promover o amadurecimento das partes na gestão dos conflitos, a fim de assegurar eficiência na concepção de acesso à justiça. Tal ótica encontra baliza em uma perspectiva processual alicerçada nos métodos extrajudiciais de tratamento de conflitos, que se apresentam como uma alternativa capaz de sanar os conflitos advindos das relações sociais, sem que isso implique, necessariamente, no formalismo procedimental contido no Estado-juiz.

Palavras-chave: Métodos Extrajudiciais; Tratamento de Conflitos; Acesso à Justiça.

Instituição de fomento: FAMESC.



MAIS DIÁLOGO, MENOS LITÍGIO: A CULTURA DIALÓGICA COMO INSTRUMENTO DE RUPTURA DA VISÃO PROCESSUAL ADVERSARIAL¹²

Fabício Barbosa Alvarenga (ALVARENGA, F.B.) – fabricioalvarenga_@hotmail.com¹
Jones Urubatan Frias Rabello Filho (RABELLO FILHO, J. U.F.) – jonesfilho20@gmail.com¹
Tauã Lima Verdán Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

1Graduandos do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

A função primordial de um processo é possibilitar a sociedade o acesso à justiça. Com o novo Código de Processo Civil, tem tornado visível a necessidade da transformação do cenário jurídico, buscando a reconstrução para corresponder à realidade do judiciário, que é a crescente demanda processual. O escopo do presente é analisar a adoção da cultura dialógica, no âmbito do sistema adversarial brasileiro, enquanto mecanismo para empoderamento dos atores processuais e ruptura da visão tradicional beligerante. As normas inseridas no ordenamento jurídico incentivando a solução dos litígios de forma consensual são positivas, mas não são suficientes. Uma cultura, para que se desprenda da forma adversarial, deve ser estimulada pela quebra de paradigmas da sociedade e dos operadores do Direito. Um formato simples e eficiente para a conscientização e combate a realidade de conflito é o estímulo do diálogo aos indivíduos em seus círculos sociais, motivando este diálogo dentro dos próprios lares sempre que surgir um conflito em família, ou até mesmo nas escolas. Assim, não será combatido o conflito, mas sim motivada a prática da resolução das desarmonias. Contudo, nem mesmo nas grades

¹² Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica “Sob o canto da Sereia no Poder Judiciário? Os métodos alternativos de tratamento de conflitos e a promoção de acesso à justiça”.



curriculares das faculdades de Direito, há matéria obrigatória de métodos consensuais de resolução de conflitos. Motivar os meios autocompositivos no cenário judiciário brasileiro beneficia a sociedade em geral. Tem-se um processo célere, uma resolução de conflitos pacífica, de forma voluntária, emocionalmente menos desgastante, comparado a um processo judicial longo. As partes possuem mais controle nas decisões e com isso aumentam as possibilidades de serem correspondidos seus anseios. A metodologia empregada na construção do presente pautou-se na utilização dos métodos historiográfico e dedutivo.

Palavras-chave: Cultura Dialógica; Sistema Adversarial; Empoderamento dos Atores Processuais.

Instituição de fomento: FAMESC.



OBSCURANTISMO INFORMACIONAL EM TEMPOS DE DEMOCRACIA EM VERTIGEM¹³

Gabriel Rocha Oliveira (OLIVEIRA, G. R.) - gabrielrochaoliveira123@hotmail.com¹

Jessica Ferreira Machado (MACHADO, J. F.) – jsmach04@hotmail.com¹

Tauã Lima Verdán Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

1Graduandos do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

Por meio da instituição da Constituição Federal de 1988, foi adotado o sistema democrático de direito, no qual se instituiu a república presidencialista, no qual, elegeu-se por meio de seus princípios fundamentais já instituídos, a cidadania, como um novo precedente. Dessa forma, a cidadania poderá ser exercida de maneira indireta e direta, sendo na primeira, por meio do voto, e a segunda, por meio de associações. Houve também, a instituição da separação dos poderes, em três poderes distintos, nos quais, seus objetivos são o controle do poder, por meio do próprio poder. O presente tem como objetivo analisar o direito à informação, enquanto elemento constituinte do Estado Democrático de Direito, à luz do cenário contemporâneo de obscurantismo. A pesquisa, no que compete à sua classificação, pode ser enquadrada como um estudo exploratório e de natureza quali-quantitativa. Como é cediço, o direito à informação foi elevado, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 à condição de direito fundamental e indissociável do processo de fortalecimento da cidadania. Neste sentido, o desenvolvimento e a consolidação da participação ativa do cidadão na sociedade brasileira

¹³ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica “A (in)efetividade dos direitos fundamentais sociais no contexto jurídico-político brasileiro: convergências, divergências e dissonâncias”.



e no controle da coisa pública perpassam, necessariamente, pelo acesso à informação e pela atuação do Estado em promover a transparência e o respectivo acesso. Sabe-se que a informação é responsável pelo desenvolvimento da vontade livre e pelo advento de um pluralismo de opiniões, que posteriormente constituirão uma opinião pública. Desse modo, a existência do direito à informação possibilita que os cidadãos participem efetivamente da tomada de decisões políticas e não somente adote o que foi determinado pelo governo. Assim, a metodologia empregada teve como base a pesquisa bibliográfica em artigos já publicados e livros que dissertavam sobre o assunto, o que possibilitou concluir que o direito à informação se faz imprescindível para a fiscalização, policiamento e responsabilização do governo, efetivando assim, o Estado Democrático.

Palavras-chave: Direito à Informação; Obscurantismo Informacional; Estado Democrático de Direito.

Instituição de fomento: FAMESC.

RESERVA DO POSSÍVEL *VERSUS* ESTADO MÍNIMO DE SAÚDE ACEITÁVEL: UMA ANÁLISE DA PROMOÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS À LUZ DA RESERVA ECONÔMICA¹⁴

Gabriel Rocha Oliveira (OLIVEIRA, G. R.) - gabrielrochaoliveira123@hotmail.com¹

Jessica Ferreira Machado (MACHADO, J. F.) – jesmach04@hotmail.com¹

Tauã Lima Verdán Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

1Graduandos do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

Ao reclamar do Estado prestações materiais, demanda-se, também, um relevante conteúdo financeiro, que influencia em sua efetivação. Dessa forma, o presente artigo busca ponderar sobre a reserva do possível versus estado mínimo de saúde aceitável: uma análise da promoção dos direitos sociais à luz da reserva econômica. Assim, ao apurar sobre a reserva do possível, esta pesquisa pode conceber que a reserva do possível na maioria das vezes corresponde a recursos insuficiente em razão das escolhas de alocação do Poder Público, devendo assegurar o núcleo central do direito fundamental social, e também a proporcionalidade enquanto vedação da insuficiência. Esta alocação de receitas encontrar-se-á submetida ao controle jurisdicional, tendo os tribunais, quando provocados, juridicidade para deliberar pela efetivação dos direitos fundamentais sociais, observando a realidade. Diante disso, o mínimo existencial e a proporcionalidade como vedação da insuficiência podem retratar critérios legais da alocação de recursos, e estabelecer o afastamento da reserva do possível como restrição dos direitos. Assim, para elaboração da pesquisa, a metodologia empregada teve como base a pesquisa

¹⁴ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica “A (in)efetividade dos direitos fundamentais sociais no contexto jurídico-político brasileiro: convergências, divergências e dissonâncias”.



bibliográfica em artigos já publicados e livros que dissertavam sobre o assunto.

Palavras-chave: Reserva do Possível; Mínimo de Saúde Aceitável; Direitos Sociais; Reserva Econômica; Direito Fundamental.

Instituição de fomento: FAMESC.



PRINCÍPIO DO PLANEJAMENTO FAMILIAR À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: EM PAUTA, A LIBERDADE DE CONSTITUIÇÃO FAMILIAR¹⁵

Jéssiane Schitini Cabral (CABRAL, J. S.) – sisa-cabral@hotmail.com¹

Tauã Lima Verdán Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

1Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

Como é cediço, a família, enquanto instituição basilar da organização social, dota de relevância e importância tanto para a sociedade quanto para o ordenamento jurídico. Assim, o vocábulo família carece de ser analisado a partir de suas transformações diante da sociedade e do próprio direito. O objetivo do presente trabalho é analisar o direito ao planejamento familiar, como um constructo para a liberdade de constituição das famílias. Para melhor elaboração e estruturação do presente trabalho foi utilizado o método historiográfico e dedutivo. Ademais, como principal técnica de pesquisa foi feita a revisão de literatura de vários textos acadêmicos bem como a leitura de algumas obras de autores com conhecimento dentro da temática. Desse modo, o vocábulo “família” foi inserido no ordenamento jurídico brasileiro, por meio do Código Civil de 1916, de maneira que se alterou até chegar na estrutura atual proposta pela Constituição Federal de 1988 e que norteia a interpretação estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, a família, na originalidade do Código Civil de 1916, era posta como fruto do casamento, além de perpassar a ideia do patriarcalismo e da matrimonialização. Contudo, a partir da Carta

¹⁵ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica “Bioética, Biodireito e Novos Arranjos Familiares: uma análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no período de 2005 a 2020, e o reconhecimento de novíssimos direitos”.



Magna de 1988, a família passou a ser encarada em um viés múltiplo e heterogêneo. Some-se a isso, a mudança atenuada ao vocábulo família, que passou a ser um núcleo familiar no qual o indivíduo desenvolve-se a partir da afetividade, baseada no princípio da dignidade da pessoa humana. Desta feita, a mudança paradigmática possibilitou o reconhecimento de novas famílias, tais como: famílias homoafetivas, anaparentais, entre outras. Com isso, o Direito de Família passou a discutir a questão do livre planejamento familiar, enquanto direito fundamental e imprescindível para o desenvolvimento humano, o que toca na liberdade dos casais em decidirem a quantidade de quantos filhos desejam e o momento oportuno para tê-los.

Palavras-chave: Famílias; Resignificação Interpretativa; Planejamento Familiar.

Instituição de fomento: FAMESC.



SER MULHER OU NASCER MULHER? REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO ALARGADA DA CONCEPÇÃO DE FEMININO NO ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA¹⁶

Jéssiane Schitini Cabral (CABRAL, J. S.) – sisa-cabral@hotmail.com¹
Tauã Lima Verdan Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

¹Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

²Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

A concepção contemporânea de gênero e de sexualidade permitiu, no âmbito do ordenamento jurídico, de promover uma oxigenação na interpretação de estruturas herméticas e estanques. Neste contexto, pensar o feminino e a concepção de “mulher” traz embates de diversas ordens, incluindo-se a biológica, a social e a cultural. Assim, o objetivo do presente é analisar a concepção de feminino à luz da Lei Maria da Penha. A metodologia empregada na construção do presente pautou-se na utilização dos métodos historiográfico e dedutivo. O primeiro foi empregado na construção da sexualidade enquanto um fenômeno social, delimitado no tempo e na história, a partir de influências plurais. O segundo decorreu do recorte temático estabelecido para a proposta apresentada. Portanto, o alcance da discussão entre o biológico e o psicológico, demonstra para alargar o atendimento da Lei Maria da Penha, sobretudo no que atina à consideração acerca da concepção ampliada de feminino. Isto é, a percepção de feminino correlacionada com a aplicação da Lei nº 11.340/2006 nos dias atuais e suas consequências sociais observadas. Reconhecer que a Lei Maria da Penha alcança apenas a

¹⁶ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica “Bioética, Biodireito e Novos Arranjos Familiares: uma análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no período de 2005 a 2020, e o reconhecimento de novíssimos direitos”.



mulher em uma perspectiva biológica traz a marginalização das mulheres trans, o que pode desencadear na fragilização e vulnerabilidade de aludido grupamento. Assim, como considerações finais, denota-se que Carta Magna traz a prerrogativa de atender a todos os cidadãos brasileiros, em seu artigo 5º, que todos são iguais perante a lei e tem seus direitos assegurados por esta Constituição. Contudo, a concepção do vocábulo “feminino” de maneira ampla alcança, hoje, também a dignidade e os direitos da mulher trans, reconhecendo-se a norma como objeto mutante, que se adequa a partir da sua *mens legis* na promoção e proteção.

Palavras-chave: Feminino; Lei Maria da Penha; Biopsicossocial; Indivíduo; Sexualidade; Gênero.

Instituição de fomento: FAMESC.



CONECTIVIDADE E PANDEMIA DO COVID-19: PENSAR A EDUCAÇÃO EM CENÁRIOS PANDÊMICOS¹⁷

Kathleen de Almeida Muruci (MURUCI, K. A.) - kathmuruci98@gmail.com¹
Tauã Lima Verdán Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

¹Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

²Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

Em 2020, e meados de 2021, foram anos repletos de grandes preocupações, perdas, medidas extremas e incertezas contínuas. O coronavírus e a pandemia resultante mudaram implacavelmente a sociedade, a cultura e as práticas e estruturas econômicas. Tudo o que a humanidade conhecia antes, até o início de 2020, agora está em uma realidade diferente e não é adequado para a existência atual. O escopo do presente é analisar os obstáculos para a promoção da educação em tempos de pandemia. A pesquisa pode ser enquadrada como um estudo exploratório e de natureza quali-quantitativa. Atitudes comuns, mas despercebidas, não são mais comuns e às vezes até não são mais usadas. O que era indispensável no passado não está mais disponível hoje. A saúde e a proteção da vida humana, tornaram-se interesses mais importantes e emergentes. Em termos acadêmicos, a chegada da pandemia também apresentou uma nova forma de adaptação, e é preciso usar novas ferramentas de comunicação de tecnologia. O vírus COVID-19 revela as dificuldades das pessoas em situação de vulnerabilidade na sociedade. Assim, o vírus chegou ao Brasil, no ano de 2020, e modificou toda forma de agir do ser humano. Tornou-se indispensável o uso de máscaras, álcool e entre outros cuidados.

¹⁷ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica “Covid-19 e o (re)pensar da nova normalidade no contexto do Direito”.



Entretanto, essas não foram as únicas mudanças da convivência em sociedade. Trabalhos e escolas precisaram se adequar a novas maneiras de serem concluídos em meio a uma pandemia. Como considerações finais, a educação a distância foi a maneira encontrada para crianças, adolescentes e estudantes do ensino superior continuarem a estudar. Contudo, desta forma, a classe social baixa se encontrou prejudicada por em grande parte das vezes não possuírem acesso à internet. O acesso à internet, apesar de não ser um direito fundamental positivado, se torna essencial, pois é chave para se alcance o direito à educação na atual realidade.

Palavras-chave: Educação; Direito Fundamental; COVID-19.

Instituição de fomento: FAMESC.



PENSAR A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EMANCIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO: EM PAUTA, O DIREITO FUNDAMENTAL¹⁸

Kathleen de Almeida Muruci (MURUCI, K. A.) - kathmuruci98@gmail.com¹
Tauã Lima Verdán Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

1Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

Os direitos fundamentais descrevem a ideia de uma positivação dos direitos humanos na esfera específica de cada Estado, sendo esta uma construção de direitos do indivíduo dentre outros direitos essenciais de comunidades em certos ordenamentos jurídicos. A dignidade da pessoa humana possui uma caracterização extensa e não há como ser detrita de forma resumida ou simples. A dignidade da pessoa humana é um princípio constitucional o qual não é revestido, somente em caráter normativo, entretanto, transferem entre sua composição questões consideradas ético-valorativas. O escopo do presente é analisar o direito à educação como elemento intrínseco à promoção da dignidade da pessoa humana. A pesquisa pode ser enquadrada como um estudo exploratório e de natureza quali-quantitativa. A Constituição Federal de 1988 erigiu à condição de fundamento da república o superprincípio da dignidade da pessoa, consoante redação do inciso III do artigo 1º. Ao fazê-lo, o Constituinte densificou o ser humano como um fim em si mesmo e, portanto, dotado de potencialidades e capacidades a serem desenvolvidas. Nessa esfera de direitos fundamentais, encontra-se o direito à educação, que é um direito que precisa ser garantido para os cidadãos, independentemente se

¹⁸ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica “Covid-19 e o (re)pensar da nova normalidade no contexto do Direito”.



estejam convivendo em sociedade ou isolados. O direito à educação é considerado imprescritível e não pode ser renunciado. Este direito não pode ser violado e nem desrespeitado por qualquer que seja a lei infraconstitucional ou autoridade. Neste quadrante, urge uma imprescindibilidade em assegurar a promoção e a concretização de direitos indissociáveis ao desenvolvimento humano, dentre os quais se destaca o direito à educação. Como típico direito de segunda dimensão, o direito à educação reclama, por parte do Estado, uma atuação ativa, a fim de assegurar a estrutura, os insumos e os mecanismos necessários à sua concretização. Trata-se, portanto, de um ônus incidente sobre a atuação do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Educação; Direito Fundamental; Desenvolvimento Humano.

Instituição de fomento: FAMESC.



A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA DE MAURO CAPPELLETTI E BRYAN GARTH PARA O MOVIMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA NO CONTEXTO BRASILEIRO¹⁹

Lorena Duarte Viana (VIANA, L. D.) - duartelorena1909@gmail.com¹
Alexsanderson Zanon de Oliveira Melo (MELO, A. Z. O.) – alexzanon1997@gmail.com¹
Carulini Polate Cabral (CABRAL, C. P.) – carulinipcabral@gmail.com¹
Tauã Lima Verdan Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

¹Graduandos do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

²Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

O escopo do presente é analisar a segunda onda renovatória de acesso à justiça de Mauro Cappelletti e Bryant Garth e seus desdobramentos no cenário nacional. Os métodos científicos empregados na condução do presente foram o historiográfico e o dedutivo. As técnicas de pesquisa empreendidas foram a revisão de literatura sob o formato sistemático e a pesquisa bibliográfica. Como é cediço, o acesso à justiça se afigura como direito humano essencial ao desempenho para uma série de outros direitos dotados de tão acentuada densidade jurídica. Ainda assim, é possível apontar que a concretização de aludido direito vivencia uma série de obstáculos para sua materialização, o que decorre de uma série de empecilhos. Neste quadrante, o Projeto de Florença, desenvolvido por Mauro Cappelletti e Bryant Garth, foi responsável por apresentar um contexto de dificuldades e obstáculos identificados no processo de promoção do acesso à justiça, como também mecanismos capazes de combater tal contexto. Aludidos mecanismos foram denominados de “ondas renovatórias de acesso à justiça” e atuaram, cada qual, em um

¹⁹ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica ““Pelas Mãos de Alice”, de Boaventura de Souza Santos, em um viés regional: entraves e obstáculos ao acesso ao Poder Judiciário no município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ”.



segmento próprio de comprometimento do acesso à justiça. No que concerne à segunda onda, o campo de incidência se apresentou no tocante ao desenvolvimento de mecanismos processuais e legislativos capazes de tutelar a representação dos direitos e dos interesses difusos. No Brasil, em que pesem os avanços legislativos, tais como a edição da Lei da Ação Civil Pública e do Código de Defesa do Consumidor, a tutela dos direitos e dos interesses difusos ainda é tímida, quando se compara com o demandismo individual culturalmente estabelecido.

Palavras-chave: Acesso à Justiça; Projeto de Florença; Segunda Onda Renovatória;

Instituição de fomento: FAMESC.



ACESSO À JUSTIÇA E MUTIRÕES DE CONCILIAÇÃO: PENSAR A MASSIFICAÇÃO DA CULTURA ACORDISTA NO ÂMBITO DO MICROSSISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS²⁰

Lorena Duarte Viana (VIANA, L. D.) - duartelorena1909@gmail.com¹

Alexsanderson Zanon de Oliveira Melo (MELO, A. Z. O.) – alexzanon1997@gmail.com¹

Carulini Polate Cabral (CABRAL, C. P.) – carulinipcabral@gmail.com¹

Tauã Lima Verdan Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

¹Graduandos do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

²Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

O intuito da presente pesquisa é analisar o acesso à justiça, bem como, os mutirões de conciliação, se pensando na massificação da cultura acordista no ramo do microsistema dos juzados especiais. Como se sabe, o acesso à justiça é um direito fundamental, conforme previsto no art. 5º, XXXV, Constituição Federal, a qual possui por intuito não somente os direitos individuais, mas de igual forma, em uma perspectiva ampla. Cumpre observar ao tange a respeito do direito social fundamental, que possui relevância em tempos atuais diante do corpo social, elemento necessário da moderna processualística, a qual objetiva a qualificação de métodos que vão dar certa celeridade ao processo, bem como diversos outros meios que vão relatar sobre o acesso à justiça e não apenas o acesso ao Poder Judiciário em si. Desta forma, diante do presente mencionado, para a estruturação da mencionada análise, decidiu-se pela utilização de técnicas historiográficas e dedutivas, bem como, uma metodologia de análise a partir de uma revisão bibliográfica, mediante de toda a estruturação e desenvolvimento histórico do conceito de acesso à

²⁰ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica ““Pelos Mãos de Alice”, de Boaventura de Souza Santos, em um viés regional: entraves e obstáculos ao acesso ao Poder Judiciário no município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ”.



justiça e os mutirões de conciliação. Esta revisão bibliográfica se deu mediante da leitura de sites jurídicos, fichamentos de textos e trabalhos acadêmicos, objetivando uma melhor elucidação de proposto tema.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Conciliação. Juizados Especiais. Direito Fundamental.

Instituição de fomento: FAMESC.



A FACE ESVERDEADA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: A CONCEPÇÃO JUSFILOSÓFICA DE MÍNIMO EXISTENCIAL SOCIOAMBIENTAL E A VEDAÇÃO AO RETROCESSO AMBIENTAL²¹

Luis Felipe de Castro Torres (TORRES, L. F. C.) - luisfelipedectorres@gmail.com¹
Tauã Lima Verdan Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

¹Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

²Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

O objetivo do presente está na intenção de buscar e em analisar o alcance e a efetividade do superprincípio Dignidade da Pessoa Humana e a necessidade de, tendo sempre em vista postulados constitucionais, por meio deste, causar um nível cada vez mais elevado de segurança jurídica. Segurança esta que traz uma previsão de grande importância no que se refere ao impedimento de retrocessos de direitos fundamentais. No caso em tela, retrocessos ligados a ambientes sociais e suas evoluções que conquistaram avanços no bem estar de todos os seres humanos. Retrocessos sociais não podem ocorrer, sob pena de atenta diretamente o princípio da segurança jurídica e o citado superprincípio da Dignidade da Pessoa Humana. São evoluções, essas do campo social, que não aceitam retrocessos relacionados ao mínimo existencial sem o qual as pessoas não conseguem exercer sua cidadania tanto buscada por todos os direitos constitucionais fundamentais. O direito ao mínimo existencial promove, em relação ao Poder Público, a necessidade de ações efetivas para alcançar esses objetivos tão caros ao indivíduo. A metodologia empregada na construção do presente pautou-se na utilização dos métodos historiográfico

²¹ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica “Madre Tierra e o Neconstitucionalismo Latino-Americano em pauta: os influxos de Pacha Mama Andina para a formação de um Estado Socioambiental de Direito Brasileiro: o esverdear da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no período de 2005-2020”.



e dedutivo.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Hermenêutica Jurídica; Mínimo Existencial Socioambiental.

Instituição de fomento: FAMESC.



POR UMA NOVA FRONTEIRA AMBIENTAL: O RECONHECIMENTO DA NATUREZA COMO SUJEITO DE DIREITOS²²

Luis Felipe de Castro Torres (TORRES, L. F. C.) - luisfelipedectorres@gmail.com¹
Tauã Lima Verdán Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

¹Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

²Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

Tem-se como objetivo de o presente estudo entender a evolução da pela qual passou os modos de pensar a natureza. Os caminhos da evolução jurídico-filosófica da natureza e seus componentes. A relação da natureza com o a sociedade que os cercam, relação que saiu de um olhar limitador e de puro interesse econômico para algo amplo, em que comporta interesses que vão dos econômicos aos sociais. Uma visão que superou um olhar antropocêntrico para uma visão holística. A primeira somente via o meio ambiente de forma objetiva, em que o lucro era o interesse primordial, com a evolução para a segunda houve possibilidades e um campo aberto para que direitos visando o mínimo existente fosse empreendido. Um mínimo que faz os indivíduos terem uma vida digna e justa em seus ambientes, seja laboral, seja de lazer etc. A concepção andina de *Madri Tierra* e *Pacha Mama* veio ainda mais no sentido de elevar ainda mais preceitos de proteção a natureza, na necessidade de ocorrer uma proteção ativa e que tirasse a natureza de um olhar puramente objetivo de um objeto a serviço do lucro.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Hermenêutica Jurídica; Mínimo Existencial Socioambiental.

Instituição de fomento: FAMESC.

²² Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica “Madre Tierra e o Neconstitucionalismo Latino-Americano em pauta: os influxos de Pacha Mama Andina para a formação de um Estado Socioambiental de Direito Brasileiro: o esverdear da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no período de 2005-2020”.



DIREITO FUNDAMENTAL À VACINAÇÃO? IMPACTOS DA PANDEMIA SOBRE A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE²³

Rodrigo Tatagiba Souza (SOUZA, R. T.) - rodrigotatagibasouza@hotmail.com¹
Tauã Lima Verdán Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

1Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

A Constituição Federal adotou o sistema democrático de direito, no qual se instituiu a república presidencialista, elegendo, por meio de seus princípios fundamentais já instituídos, a cidadania como um novo precedente. Dessa forma, a cidadania poderá ser exercida de maneira indireta e direta, sendo na primeira, por meio do voto, e a segunda, por meio de associações. Houve também, a instituição da separação dos poderes, em três poderes distintos, nos quais, seus objetivos são o controle do poder, por meio do próprio poder. O presente tem como objetivo analisar o direito à informação, enquanto elemento constituinte do Estado Democrático de Direito, à luz do cenário contemporâneo de obscurantismo. A pesquisa, no que compete à sua classificação, pode ser enquadrada como um estudo exploratório e de natureza quali-quantitativa. Como técnicas de pesquisa, empregaram-se a revisão de literatura, sob o formato sistemático, pesquisa bibliográfica e a análise de dados secundários. O direito à informação foi elevado, com a promulgação da Constituição Federal à condição de direito fundamental e indissociável do processo de fortalecimento da cidadania. Neste sentido, o desenvolvimento e a consolidação da participação ativa do cidadão na sociedade brasileira e no controle da coisa pública

²³ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica “Covid-19 e o (re)pensar da nova normalidade no contexto do Direito”.



perpassam, necessariamente, pelo acesso à informação e pela atuação do Estado em promover a transparência e o respectivo acesso. Sabe-se que a informação é responsável pelo desenvolvimento da vontade livre e pelo advento de um pluralismo de opiniões, que posteriormente constituirão uma opinião pública. A existência do direito à informação possibilita que os cidadãos participem efetivamente da tomada de decisões políticas e não somente adote o que foi determinado pelo governo.

Palavras-chave: Direito à Informação; Obscurantismo Informacional; Estado Democrático de Direito.

Instituição de fomento: FAMESC.



NECROPOLÍTICA EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19: PENSAR OS OBSTÁCULOS DE EFETIVAÇÃO DA SAÚDE E A ESCALADA DE MORTES NO CENÁRIO BRASILEIRO²⁴

Rodrigo Tatagiba Souza (SOUZA, R. T.) - rodrigotatagibasouza@hotmail.com¹
Tauã Lima Verdan Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

¹Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

²Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

A pandemia propiciada pelo novo coronavírus aumentou o debate sobre diversos temas não tão populares mundialmente, mas que puderam “reascender” com a triste realidade trazida pelo cenário caótico contemporâneo. Com tantas pessoas sofrendo pela perda de empregos, pela morte de entes queridos, quando não por terem, elas mesmas, contraído a doença. Assim sendo, têm sido frequentes os debates virtuais, em diferentes partes do mundo, sobre o tema, chamando a atenção para os efeitos da COVID-19 sobre as populações mais vulneráveis (mulheres, mães solo, afrodescendentes, indígenas, moradores das periferias e favelas, pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua). O escopo do presente está assentado em analisar o impacto jurídico da pandemia do COVID-19 sobre as relações sociais, políticas, econômicas e, conseqüentemente, jurídicas. A pesquisa, no que compete à sua classificação, pode ser enquadrada como um estudo exploratório e de natureza quali-quantitativa. Como técnicas de pesquisa, empregaram-se a revisão de literatura, sob o formato sistemático, pesquisa bibliográfica e a análise de dados secundários. A crise decorrente da pandemia trouxe à tona debates sobre temas

²⁴ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica “Covid-19 e o (re)pensar da nova normalidade no contexto do Direito”.



não muito ascendentes na mídia nos últimos anos. O cenário crítico propiciado pelo COVID-19 reuniu deficiências pontuais, contrariando princípios normativos basilares da Constituição Federal de 1988, com atenção especial a dignidade da pessoa humana. Ademais, a crítica maior atinge o acesso à saúde, outra garantia constitucional distorcida pelo Estado no que tange à necropolítica, diretamente relacionada nesta crítica. Para tanto, notou-se uma distorção corruptiva na linha de acesso à saúde, praticada de forma totalmente desproporcional e contra as regras impostas pelos dispositivos normativos apresentados para a contenção do COVID-19. Por último, a pandemia possibilitou um repensar crítico no próprio direito à saúde e como os critérios de acessibilidade devem ser encarados com mais afinco à luz da fiscalização dos entes públicos de saúde.

Palavras-chave: COVID-19; Direito Constitucional à Saúde; Necropolítica.

Instituição de fomento: FAMESC.



RACISMO AMBIENTAL EM PAUTA: ACESSO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO PARA QUEM?²⁵

Welington Cipriano da Silva (SILVA, W. C.) - welingtoncipriano74@gmail.com¹
Tauã Lima Verdán Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

1Graduando do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docente do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos - Unidade
de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

Nas últimas décadas, e principalmente a partir de 1980, os temas ambientais passaram a ter maior protagonismo no cenário global, em grande parte devido à elaboração de tratados e diplomas internacionais que enfatizaram a necessidade de mudar a mente humana, voltada principalmente para a proteção ambiental. Ao mesmo tempo, o discurso participativo das comunidades e grupos sociais tradicionais nos processos de tomada de decisão é fortalecido, assim, mais ênfase é colocada no fato de que as questões ambientais foram elevadas ao status de um problema global, alcançado em suas colunas não apenas afetados diretamente pela sociedade civil, mas também pela mídia e pelos governos em diferentes áreas do planeta. O objetivo do presente é analisar o fenômeno do racismo ambiental, à luz da privação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. A pesquisa pode ser enquadrada como um estudo exploratório e de natureza quali-quantitativa. Como é cediço, a Constituição Federal de 1988, ao ser promulgada, elevou o acesso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado ao status de direito fundamental e, portanto, elemento indissociável da própria conotação da dignidade da pessoa humana. Ainda assim, o reconhecimento da fundamentalidade do direito em comento encontra

²⁵ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica “Desenvolvimento econômico, injustiça ambiental e marginalização social da população invisibilizada no município de Bom Jesus do Itabapoana”.



uma série de obstáculos e empecilhos para sua efetivação, sobretudo em razão do discurso desenvolvimentista. Ora, aludida expressão do racismo encontra como fundamento a experiência norte-americana de destinação específica de passivos ambientais para grupos e segmentos sociais invisibilizados, emudecidos e vulnerabilizados nas arenas participativas. De maneira robusta, pode-se afirmar que o acesso ao meio ambiente não se apresenta de maneira isonômica para todas as parcelas da sociedade. A título de considerações finais, ao analisar a tensão entre desenvolvimento econômico e acesso ao meio ambiente, denota-se que, no Brasil, em decorrência de elementos incidentes e formacionais da própria cultura nacional, se manifesta como verdadeiro racismo ambiental.

Palavras-chave: Racismo Ambiental; Meio Ambiente; Arenas Participativas.

Instituição de fomento: FAMESC.

GT
CIÊNCIAS DA SAÚDE



FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS

FAMESC



A CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO TERAPÊUTICA DO ENFERMEIRO E SUA IMPORTÂNCIA PARA O CUIDADO COM A SAÚDE MENTAL DO PACIENTE²⁶

Ana Clara Gomes da Silva (SILVA, A. C. G. da) gana49907@gmail.com¹
Juliana Gomes Campos (CAMPOS, J. G.) - juliananiciliasadora@gmail.com¹
Vânia Márcia Silva do Carmo Brito (BRITO, V. M. S. C.) - vaniamarcia40@hotmail.com²
Maria Margarete Salvate Brasil (BRASIL, M. M. S.) - margarete_sb@yahoo.com.br²

¹Graduandas do Curso de Enfermagem da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

²Docentes do Curso de Enfermagem da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

O objetivo é mostrar a importância da enfermagem no cuidado com a Saúde Mental. Pesquisas mostram que a relação terapêutica entre enfermeiro e cliente é influenciada por atributos e características pessoais do profissional. Sendo assim, os enfermeiros estão envolvidos na estratégia utilizada para essa relação. Essa relação terapêutica se desenvolve por vários níveis, desde um nível mais superficial até o mais profundo. É influenciada por anos de experiência e atitudes individuais desses enfermeiros. As relações terapêuticas de sucesso são pautadas pelo suporte que o enfermeiro tem doado para o usuário da saúde. Esta, de forma empática e sob os moldes de uma escuta ativa, onde a expressão de sentimentos deve ser estimulada sem que haja censura ou julgamentos por parte do profissional. O cliente valoriza esses atos de acolhimento do profissional, pois a compaixão, interesse, propicia espaço de estabelecimento do vínculo de confiança. Essa formação de atuação se estende para além do enfoque apenas na doença. O tempo despendido também é um dos fatores predisponentes para a construção da relação terapêutica de

²⁶Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “O papel da enfermagem, no que tange a saúde mental como saber fundamental para a promoção da saúde na atualidade”.



qualidade, e o comportamento verbal e não verbal permite que os enfermeiros se relacionem com os pacientes de forma humanizada. Outro aspecto que evidencia o respeito é ajudar o paciente a atribuir valor a si próprio. Como dito anteriormente, a relação terapêutica é um processo dinâmico que se desenvolve através de diferentes níveis, o primeiro nível é o amistoso (a primeira ligação para o paciente sentir-se confortável), é a simpatia. O segundo nível é um certo grau de ligação com o paciente, apesar de mais profunda do que a fase anterior, esta fase é reconhecida como sendo precária, ainda não são permitidas determinadas intervenções pois coloca em risco a relação. O terceiro nível está relacionado a uma fase de desenvolvimento de parceria, é um processo dinâmico e não um fenômeno estático. Enquanto processo recíproco é importante ter sempre em conta que são as necessidades do paciente que guiam a relação terapêutica. A relação terapêutica deve ser estabelecida de forma criteriosa e os limites profissionais são componentes essenciais que permitem que este trabalho se desenvolva de modo seguro. Observa-se que se faz necessário desenvolver trabalhos concernentes ao desenvolvimento da relação terapêutica do enfermeiro com o paciente a fim de que se perceba que a mesma é relevante para o aprimoramento do cuidado.

Palavras-chave: Enfermagem; Relação terapêutica; Cuidado.

Instituição de fomento: FAMESC.



FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS
FAMESC



I Simpósio de
Iniciação Científica
FAMESC

SAÚDE MENTAL E GÊNERO: O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DE PACIENTES EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL²⁷

Clara da Silva Pascoal Abreu (ABREU, C. S. P.) - clara1bji@hotmail.com¹
Izabella Silva Ferreira Machado (MACHADO, I. S. F.) - isfmachado24@gmail.com¹
Stephanie da Silva Antunes Santos (SANTOS, S. S. A.) - stephanie6antunes@gmail.com¹
Vânia Márcia Silva do Carmo Brito (BRITO, V. M. S. C.) - vaniamarcia40@hotmail.com²
Maria Margarete Salvate Brasil (BRASIL, M. M. S.) - margarete_sb@yahoo.com.br²

¹Graduandas do Curso de Enfermagem da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

²Docentes do Curso de Enfermagem da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

O presente pretende refletir sobre as transformações das práticas e do paradigma psiquiátrico no contexto da saúde mental, baseado no estudo de ações que estão articuladas ao projeto terapêutico singular (PTS) e na perspectiva da reabilitação psicossocial, que propõe o Ministério da Saúde. Além disso, infere-se que o acolhimento utilizado como técnica pela equipe interdisciplinar nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) pode produzir capacidades de resposta ao usuário, à medida que a equipe multiprofissional considera a importância de superar a fragmentação dos saberes e buscar novas respostas às demandas emergentes das pessoas que procuram os serviços de saúde. Nesse contexto, espera-se desse projeto de pesquisa utilizar uma metodologia de revisão da literatura focada em analisar os trabalhos que têm sido desenvolvidos nos centros de atenção psicossocial. Em leituras preliminares, constatou-se que as mulheres são mais frequentadoras dos serviços públicos de saúde do que os homens, uma vez que essa diferença associa a pouca procura por serviços de saúde por parte de homens a um

²⁷Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “O papel da enfermagem, no que tange a saúde mental como saber fundamental para a promoção da saúde na atualidade”.



modelo hegemônico de masculinidade, relacionado a hábitos de prevenção que usualmente são mais associados às mulheres. Ademais, delineou-se que referente às características sociodemográficas, sobretudo para as mulheres, apontadas pela literatura, demonstrou-se como fatores de risco à saúde mental: pobreza, condições de vida (econômica, mas também conjugal/familiar), trabalho precário e exclusão social. No entanto, considera-se que a limitação/ ausência de dados nas fichas de acolhimento dos usuários da saúde mental, leva ao entendimento de que a maioria dos profissionais apresenta dificuldades em considerar determinados aspectos da vida do usuário/a significativos para a compreensão do sofrimento psíquico. Infere-se, portanto, que fomentar as discussões sobre os investimentos em projetos de trabalho e geração de renda, assim como o desenvolvimento de políticas públicas específicas baseadas na interface de gênero e saúde mental, pode contribuir para experiências de trabalho diversificadas, tendo como pressuposto a inclusão social.

Palavras-chave: Saúde mental; Centro de Atenção Psicossocial; Perfil sociodemográfico.

Instituição de fomento: FAMESC.



AVALIAR A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO DO ENFERMEIRO AOS SUJEITOS COM IDEAÇÃO SUICÍDA²⁸

Aline de Oliveira da Silva (SILVA, A. O.) - oliveiraalinede55@gmail.com¹
Dirlene de Souza Mendonça Alves (ALVES, D.S.M.) - dyllgraduacaofamesc@gmail.com¹
Maria Lúcia da Costa Inocêncio (INOCÊNCIO, M.L.C.) - dacostam288@gmail.com¹
Vânia Márcia Silva do Carmo Brito (BRITO, V. M. S. C.) - vaniamarcia40@hotmail.com²
Maria Margarete Salvate Brasil (BRASIL, M. M. S.) - margarete_sb@yahoo.com.br²

1Graduandas do Curso de Enfermagem da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docentes do Curso de Enfermagem da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

O presente objetiva analisar o cuidado de enfermagem às pessoas atendidas na emergência por tentativa de suicídio sob a percepção da equipe de enfermagem. O estudo apoia-se numa abordagem qualitativa, tendo como base a revisão da literatura, focada na visão da enfermagem e técnicos de enfermagem no serviço de emergência em hospitais do Brasil de um modo geral. Alguns componentes serão selecionados como alvo de estudos: i) pessoas que tentaram se suicidar ii) contexto adulto como cenários de práticas em saúde mental; iii) educação em prevenção na saúde mental. A ideação suicida é constituída em momentos ou comportamentos, geralmente iniciando com ameaça de suicídio, seguida por tentativa e, por fim, pela consumação do ato de autoextermínio. Suicídio é mais do que o desfecho de um comportamento pessoal, passando a ser um problema sociocultural e psicossocial. Devido a suas características multifacetadas, o suicídio é um evento que deve ser enfrentado por meio de iniciativas interdisciplinares e intersetoriais que englobem as áreas da saúde, iniciativas governamentais e não

²⁸Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “O papel da enfermagem, no que tange a saúde mental como saber fundamental para a promoção da saúde na atualidade”.



governamentais. O número de mortes por suicídio cresce a cada ano, chegando a cerca de 1 milhão. No Brasil, o suicídio encontra-se entre as dez maiores causas de morte, registrando-se no ano de 2015 mais de onze mil suicídios, o que representa, em média, (trinta e uma mortes) por dia, apresentando-se entre as três principais causas de morte na faixa etária entre 15 e 44 anos. Para cada uma dessas mortes, aproximadamente cinco a seis pessoas próximas são afetadas e têm alguma consequência de fundo emocional, social ou econômico.

Palavras-chave: Enfermagem; Ideação suicida; Acolhimento.

Instituição de fomento: FAMESC.



ESTRESSE E AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE: CONTEXTO DA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO TRABALHO²⁹

Maria da Penha Medeiros dos Santos (SANTOS, M. P. M.) -
medeirosantos428@gmail.com¹

Ariana de Souza Maximiano (MAXIMIANO, A. S.) - ariana.max@icloud.com¹

Fabiana Pimentel dos Santos (SANTOS, F. P.) - fabianapimentel40@yahoo.com¹

Vânia Márcia Silva do Carmo Brito (BRITO, V. M. S. C.) -
vaniamarcia40@hotmail.com²

Maria Margarete Salvate Brasil (BRASIL, M. M. S.) - margarete_sb@yahoo.com.br²

¹Graduandas do Curso de Enfermagem da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

²Docentes do Curso de Enfermagem da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

Atualmente, mais de 300 milhões de pessoas sofrem ao redor do mundo com a depressão. Em um mercado cada vez mais competitivo de negócios, o acúmulo de pressões aumenta. Manter uma carreira estável hoje é, muitas vezes, sinônimo de estresse, ansiedade e outros tipos de sofrimentos mentais, tornando a saúde mental no ambiente de trabalho ainda mais importante. Como a maior parte do nosso tempo é dedicado ao ofício, as frustrações no ambiente de trabalho são comuns e acontecem o tempo todo. Seja pela ameaça da perda do emprego, pelo desempenho não reconhecido, por falhas cotidianas, pela insatisfação com o serviço ou pressões de produtividade. O fato é que problemas ligados ao estresse refletem de forma direta na perda de produtividade. Ansiedade, estresse e depressão apresentam um impacto negativo na produtividade de um funcionário. Por esse motivo, é preciso que a empresa tenha opções para reduzir essas incidências, otimizando o foco e a eficiência do trabalhador. Entretanto, todas essas

²⁹Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “O papel da enfermagem, no que tange a saúde mental como saber fundamental para a promoção da saúde na atualidade”.



aflições podem ser amenizadas em um ambiente que fornece as condições necessárias para a saúde mental. Desta feita, torna-se fundamental atender adequadamente às questões relacionadas com a doença mental dos trabalhadores no sentido de desenvolver estratégias individuais e coletivas que garantam o bem-estar dos trabalhadores e o bom funcionamento das organizações.

Palavras-chave: Estresse; Saúde mental no trabalho; Ações de educação em saúde.

Instituição de fomento: FAMESC.

HUMANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM FRENTE AO PACIENTE IDOSO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA³⁰

Camille de Oliveira Pimentel (PIMENTEL, C. P.) - camille08pimentel@gmail.com¹
Jaqueline Silva Souza (SOUZA, J. S.) - jaquelinesouza1989@outlook.com¹
Jéssica da Silva Queiróz (QUEIRÓZ, J. S. da) - jessicaqueiroz.rsg@gmail.com¹
Vânia Márcia Silva do Carmo Brito (BRITO, V. M. S. C.) -
vaniamarcia40@hotmail.com²
Maria Margarete Salvate Brasil (BRASIL, M. M. S.) - margarete_sb@yahoo.com.br²

1Graduandas do Curso de Enfermagem da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docentes do Curso de Enfermagem da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

Com o passar dos anos estudos comprovaram que a população de idosos vem aumentando, o que traz consigo como consequência a necessidade de se ampliar as áreas de estudos com objetivo de suprir as necessidades dos idosos, uma vez que são os que mais procuram o serviço de saúde. Estudos mostram que nessa fase os cuidados de enfermagem são indispensáveis na melhoria de vida do estado de saúde das pessoas idosas, já que na maioria dos casos os enfermeiros se encontram mais próximos aos clientes, um exemplo é nos postos de saúde (PSF) na maioria das vezes são os enfermeiros que atendem as emergências. O enfermeiro vai desempenhar um papel de grande relevância no cuidar, já que ele passa mais tempo com o cliente. Tendo esse ponto de vista é preciso que os enfermeiros entendam que o cuidar vai muito além do físico, ele engloba as questões psicológicas como autoestima e autovalorização. É importante fazer com que os idosos se sintam parte importante da sociedade, o que vai influenciar na saúde emocional desse idoso. Faz-se necessário conscientizá-lo de que acima de tudo ele é uma

³⁰Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “O papel da enfermagem, no que tange a saúde mental como saber fundamental para a promoção da saúde na atualidade”.



peessoa que tem suas necessidades. A sua qualidade de vida está relacionada à satisfação quanto aos seus ideais, como por exemplo, bons relacionamentos interpessoais, ao equilíbrio emocional e à boa saúde. Ou seja, é preciso que a pessoa idosa seja participativa na comunidade. Entende-se que aos enfermeiros cabe ensinar a família como cuidar do idoso e como lidar com suas limitações fazendo com que ele se sinta amado e importante, para que assim os idosos vivam bem.

Palavra-chave: Idoso; Estratégia Saúde da Família; Humanização.

Instituição de fomento: FAMESC.



A INTERDISCIPLINARIDADE NA PRÁTICA CLÍNICA: O CUIDADO INTEGRAL DO PACIENTE COM ÊNFASE NAS ATIVIDADES PRIVATIVAS AO MÉDICO, AO ENFERMEIRO E AO FARMACÊUTICO

Isabela Valinho Abreu (ABREU, I. V.) –bellavalinho16@gmail.com¹
Claudia Caixeta de Franco Andrade (ANDRADE, C. C. F.) – claudiacfa@yahoo.com.br²

¹Graduanda do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

²Docentes do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana

Resumo

A interdisciplinaridade é de suma importância para a prática clínica, tendo em vista que o cuidado integral com o paciente depende de atribuições de diversos profissionais da saúde, que devem trabalhar em equipes multi ou interdisciplinares, integrando suas funções e conhecimentos, de modo a oferecer o melhor tratamento possível para os usuários da rede de saúde. Esse resumo buscou evidenciar a importância da interdisciplinaridade no tratamento dos pacientes, principalmente no que diz respeito ao médico, ao enfermeiro e ao farmacêutico, por meio da análise das leis que tratam do exercício de cada uma dessas profissões, estabelecendo comparações que permitiram identificar as atividades privativas e as atividades conjuntas desses profissionais, de forma a entender a essencialidade da interdisciplinaridade. Observou-se que cada profissional é responsável por diversas atividades privativas, evidenciando a impossibilidade de os usuários serem tratados apenas por uma classe profissional. Cada uma tem suas atribuições e, para assegurar o tratamento integral, desde a triagem até o diagnóstico, a execução de exames complementares, o tratamento, o acompanhamento terapêutico e a vigilância de medicamentos, de fitoterápicos e de suplementos alimentares, é necessária a atuação dos três profissionais. Basicamente, as três classes profissionais escolhidas são



responsáveis pela proteção, promoção e recuperação da saúde, assegurando assistência terapêutica integral, cada uma no âmbito das atividades que lhe cabem. Utilizando como exemplo um paciente diabético insulino dependente, é possível observar o papel de cada um desses profissionais: o médico é responsável pelo diagnóstico, que é obtido pela clínica do paciente e por exames complementares realizados pelos enfermeiros; também o médico realiza a prescrição terapêutica da insulina adequada. Então o enfermeiro instrui o paciente sobre a administração da insulina, e o farmacêutico é o responsável por produzir e fiscalizar a produção, a acomodação e o envasamento dessa insulina, garantindo sua eficácia. Conclui-se, portanto, que a interdisciplinaridade é indispensável para o tratamento integral do paciente, tendo em vista que a complexidade do ser humano depende de ações conjuntas de diversas áreas da saúde, evidenciando a necessidade do fomento ao trabalho em equipe, com o intuito de promover o cuidado integral e efetivo dos usuários da rede de saúde.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Cuidado integral; Atividades privadas.

Instituição de fomento: FAMESC



COMPAIXÃO E ESPIRITUALIDADE NA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE³¹

Carlos Eduardo Brizolla Theodoro (THEODORO, C. E. B.) –
carlos.210195@gmail.com¹

Felipe Tavares Souza (SOUZA, F. T.) – ttavares.felipeucp@gmail.com¹

Lenira Pelloso Leite (LEITE, L. P.) - lenirapeloso@gmail.com¹

Rafaela Cristina Vieira (VIEIRA, R. C.) – faelacvieira@gmail.com¹

Maria de Lourdes Ferreira Medeiros de Matos (MATOS, M. L. F. M.) –
mlourdes.psi2@gmail.com²

1Graduandos do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docente do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

A espiritualidade e as crenças e práticas religiosas têm um impacto sobre como as pessoas lidam com doenças graves e estresses da vida, proporcionando uma sensação de bem-estar, melhorando a qualidade de vida e fornecendo suporte social e podem também afetar a tomada de decisões em saúde. Nesse sentido, tem sido ressaltado o valor de focar a compaixão e a espiritualidade no atendimento médico, dando-lhe um sentido moral relacionado a uma perspectiva existencial de vida que, em geral, não é comum na prática médica convencional. Nesse contexto, o objetivo deste estudo é revisar a importância da espiritualidade e do cuidado compassivo como uma parte essencial das relações entre médico e paciente, influenciando o comportamento positivo, emocional e os resultados físicos de saúde e diminuição do sofrimento dos pacientes. A metodologia adotada neste estudo foi uma revisão e análise crítica da literatura relevante publicada nos bancos de dados Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) e PubMed (*National Library of*

³¹ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “Pelo toque de Higeia: Uma proposta interdisciplinar para a consolidação de linhas de pesquisa estratégicas visando a avaliação dos riscos à saúde decorrentes de determinantes sociais, econômicos e ambientais com foco nas populações em situação de vulnerabilidade”.



Medicine), além de livros e documentos. Os resultados constataram que a espiritualidade e a compaixão são fatores que contribuem para a saúde das pessoas e sua introdução na área de saúde pode ser uma fonte de afirmação, inspiração e abordagens práticas para médicos que se dedicarem a apoiar as jornadas dos pacientes em direção à cura. O cuidado espiritual ou compassivo envolve ajudar a pessoa como um todo, atendendo a todas as dimensões das necessidades de saúde (físicas, mentais, emocionais e espirituais), o que envolve dedicar mais tempo ao lado do paciente, segurar suas mãos, conversar sobre assuntos espirituais e falar sobre o que é importante para eles, existindo vantagens mútuas na relação entre o paciente e o médico, que passa a compreender as necessidades e praticar o cuidado espiritual. O estudo concluiu que a compaixão e a espiritualidade estão sendo cada vez mais aceitas como parte integrante da psicologia humana, vitais para a saúde física e mental e a sua integração nos cuidados é fundamental. Entretanto, ainda permanece uma questão essencial, que se refere a como inserir estes cuidados no trabalho profissional dos médicos, devido à falta de tempo, treinamento e habilidades, sendo necessário envolver esforços para a melhoria da educação médica, pesquisa e prática relacionada às necessidades espirituais e cuidados em hospitais e outros ambientes de saúde, fortalecimento das equipes multidisciplinares e avaliação de resultados, bem como desenvolvimento de códigos éticos para a incorporação sistemática da espiritualidade e do cuidado compassivo em uma medicina integrativa, entendendo que o médico do século XXI deve ser um profissional altamente qualificado tecnicamente, mas também um cuidador compassivo que respeita todas as dimensões da vida dos pacientes.

Palavras-chave: Espiritualidade; Necessidades espirituais; Cuidado espiritual; Cuidado compassivo.

Instituição de fomento: FAMESC.

DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE E VULNERABILIDADE SOCIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA³²

Ana Luiza Nascimento Gonçalves (GONÇALVES, A. L. N.) -anagnluiza@gmail.com¹
Izabela de Melo Alves (ALVES, I. M.) – izabelamelo@gmail.com¹
Bianca Magnelli Mangiavacchi (MANGIAVACCHI, B. M.) - bmagnelli@gmail.com²
Fernanda Santos Curcio (CURCIO, F. S.) - fernandasantoscurocio@gmail.com²

1Graduandas do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docentes do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

Os determinantes sociais da saúde (DSS) compreendem os fatores que levam ao desenvolvimento e disseminação das iniquidades nos cuidados de saúde e, melhorar os resultados de saúde em face da redução das disparidades em saúde. Além disso, é notório a dificuldade no acesso aos cuidados da saúde, principalmente por determinados grupos sociais que, por vezes, são prestados com qualidade inferior ao básico necessário. Assim, conceitua-se a vulnerabilidade social através de parâmetros de inserção políticas, econômicas, culturais, jurídicas e subjetivas da vida cotidiana que influenciam nos DSS e consequentemente, determinando o risco de doença e capacidade de acesso a medidas preventivas e curativas de saúde. O objetivo deste estudo foi analisar os impactos da vulnerabilidade social sobre os determinantes e condicionantes da saúde pública. A construção do estudo pautou-se no desenvolvimento de pesquisa do tipo exploratória e de natureza qualitativa, tendo como técnica de pesquisa a revisão de literatura, sob o formato narrativo, utilizando o buscador e as bases de dados Google Scholar, Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e PubMed, aplicando como descritores os termos: “Saúde Pública”; “Determinantes Sociais da saúde”; “Promoção da saúde” e “Vulnerabilidade Social”. Os critérios para seleção das publicações foram: trabalhos publicados nos últimos cinco anos,

³² Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “Pelo toque de Higeia: Uma proposta interdisciplinar para a consolidação de linhas de pesquisa estratégicas visando a avaliação dos riscos à saúde decorrentes de determinantes sociais, econômicos e ambientais com foco nas populações em situação de vulnerabilidade”.

acesso gratuito e integral, excluindo artigos duplicados e que não correspondiam aos objetivos do presente estudo. É evidente que quanto mais expressivo for o público em situação de vulnerabilidade social, maior será a fragilidade do acesso à saúde pública, tornando mais difícil as perspectivas de suas necessidades serem respondidas por meio das políticas públicas de saúde. Isso porque, as condições sociais e econômicas atuam explicitamente nas condições de saúde dos cidadãos. A situação é complexa e demanda o reconhecimento das especificidades dos DSS das comunidades que denotam condições de vida permeadas por desigualdades, as quais precisam ser consideradas para que se elaborem medidas que contribuam para a suplantação das vulnerabilidades, de forma a estabelecer a equidade social. Entretanto, apesar da compreensão acerca da relevância da implementação de políticas públicas que assegurem a eficácia e a eficiência do sistema único de saúde (SUS), a perspectiva dos DSS revela que os modelos assistenciais de cuidado em saúde não são suficientes para realmente aprimorar a saúde da comunidade, negligenciando um dos princípios do SUS, a integralidade. É importante destacar que o reconhecimento do que muita das vezes é considerada “diferença cultural” é, na verdade, desigualdade estrutural, e que impactam a saúde do paciente e da comunidade. A redução da vulnerabilidade depende de reformulação das políticas já existentes, bem como a implementação de novas políticas públicas de saúde, a fim de reduzir as desigualdades e garantir o acesso à saúde em todas as suas dimensões. A equidade na saúde e a mudança social encontram-se estreitamente ligadas, e o alcance da primeira é irrealizável sem que haja modificação na segunda. Sendo assim, portanto, é presumível que a reflexão em torno do conceito de fragilidade populacional pode promover o aprimoramento nas práticas do cuidado, estabelecendo a integralidade e a equidade em saúde.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social; Saúde; Determinantes Sociais da Saúde.

Instituição de fomento: FAMESC

DIAGNÓSTICO SALIVAR DE TOXOPLASMOSE PARA LEVANTAMENTOS EPIDEMIOLÓGICOS EM SITUAÇÃO DE SURTO³³

Adrielly Marques da Silva Amorim (AMORIM, A. M. S.) -adriellymsamorim@gmail.com¹

Winícius Cardoso Donatti (DONATTI, W. C.) – winiciusdonatti@gmail.com¹

Lívia Mattos Martins (MARTINS, L. M.) –liviammartins@gmail.co²

Bianca Magnelli Mangiavacchi (MANGIAVACCHI, B. M.) –bmagnelli@gmail.com²

1Graduandos do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docentes do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

O diagnóstico laboratorial sorológico da toxoplasmose vem evoluindo nas últimas décadas, como fruto do esforço da pesquisa básica aliada à aplicabilidade clínica, de modo a apresentar variações, as quais têm auxiliado no manejo clínico da doença, e na investigação de seus surtos. De maneira análoga, neste tempo, o trabalho aspira desenvolver a proposta de realização da iniciação científica, correlacionando-a ao tema de toxoplasmose e, assim, envolver estudantes e professores no contexto da pandemia. Recentemente, uma série de antígenos recombinantes provenientes de proteínas expressas nas diferentes formas de vida do *Toxoplasma gondii* (*T. gondii*) têm sido pesquisados e demonstrados os seus potenciais em auxiliar na pesquisa epidemiológica clássica e clínica. Um desses antígenos é o *Toxoplasma gondii* embryogenesis-related protein (TgERP), que é um antígeno relacionado à embriogênese da forma esporozoíto do parasito que se encontra no interior dos oocistos, que são as formas de resistência ambiental *T. gondii*. Neste projeto apresentamos proposta a validação e implementação de um método diagnóstico utilizando amostras de saliva, para detecção de

³³Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “Diagnóstico Salivar de Toxoplasmose para levantamentos epidemiológicos em situações de surto”.



anticorpos específicos que reconhece a proteína TgERP, proteína presentes na forma oocística, sendo assim capaz de identificar a via de infecção da toxoplasmose e sua importância epidemiológica. Assim sendo, esse projeto tem como objetivo a produção de científico e, através da iniciação científica espera-se desenvolver resultados por meio desse diagnóstico salivar, com o fito de obter um levantamento de dados epidemiológicos em situação de surto por toxoplasmose. Cabe acrescentar que este projeto de pesquisa ainda não apresenta resultados, uma vez que se encontra em fase de implementação dos recursos e materiais necessários para a realização das coletas das amostras de sangue e saliva. O presente projeto já se encontra aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Metropolitana São Carlos – FAMESC sobre número de CAAE nº 42039221.9.0000.5674.

Palavras-chave: Toxoplasmose, TgERP, Diagnóstico.

Instituição de fomento: FAMESC.

DOENÇAS NEGLIGENCIADAS E DA POBREZA NAS REGIÕES NORTE E NOROESTE FLUMINENSE E SUL CAPIXABA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR – COVID-19³⁴

Maria Geovana Teixeira de Carvalho Meireles (MEIRELES, M. G. T. C.) – mariatcmeireles@gmail.com¹
Bianca Magnelli Mangiavacchi (MAGIAVACCHI, B. M.) – bmagnelli@gmail.com²
Livia Mattos Martins (MARTINS, L. M.) – liviammartins@gmail.com²

1Graduanda do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docentes do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

No contexto hodierno pode-se correlacionar o processo saúde-doença a condição social, haja vista que desde a prevenção até possíveis tratamentos estão relacionados ao acesso das classes a saúde e aos diversos sistemas de informação. Se outrora, uma pandemia atingia o espectro social como um todo, hoje nota-se uma evidente diferença nos diversos aspectos de uma endemia, seja no acesso às informações de valor para prevenção, exposição ao risco ou acesso aos tratamentos. No que tange a pandemia do COVID-19, faz-se necessário pontuar que a desigualdade social não afeta em como a doença progride ou atinge o sistema biológico, uma vez que todos os expostos têm chances de desenvolvê-la. A questão está no contato social e isolamento, indispensáveis para a propagação e atenuação do vírus, respectivamente. Nessa perspectiva, entra também o acesso a informação, importante na prevenção e, no contexto atual, na aceitação de informações de terceiros. Esse trabalho tem a intenção de esclarecer, através de dados retirados de plataformas como DataSUS e Secretarias Estadual e Municipal a situação do COVID-19 na

³⁴ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “Doenças negligenciadas e da pobreza nas regiões norte e noroeste Fluminense e sul Capixaba: uma abordagem interdisciplinar”.



região norte Fluminense e Sul Capixaba, com vistas em entender sua distribuição temporal e espacial, bem como correlacionar os impactos das medidas de saúde pública na epidemiologia da doença na região. O projeto encontra-se em fase de coleta de dados, e os resultados finais serão apresentados em momento oportuno.

Palavras-chave: Sífilis adquirida; Epidemiologia; Infecção Sexualmente Transmissível



DOENÇAS NEGLIGENCIADAS E DA POBREZA NAS REGIÕES NORTE E NOROESTE FLUMINENSE E SUL CAPIXABA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR³⁵

Ana Laura Trindade (TRINDADE, A. L.) – analaura.trindade@gmail.com¹
Bianca Magnelli Mangiavacchi (MAGIAVACCHI, B. M.) – bmagnelli@gmail.com²
Lívia Mattos Martins (MARTINS, L. M.) – liviammartins@gmail.com²

1Graduanda do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docentes do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

Sabe-se que pesquisas acerca de doenças infecciosas e parasitárias são de extrema relevância para a população, já que estas são responsáveis por altas taxas de morbidade e mortalidade no mundo. Nesse viés, o estudo epidemiológico é crucial para entender o comportamento do padrão dessas doenças, analisando as inúmeras causas que favorecem a disseminação de doenças transmissíveis com grande interesse para a saúde coletiva. Dessa maneira, a coleta e centralização de dados permitem traçar os níveis, os padrões e a maneira como tal enfermidade se difunde, bem como orientar a sua prevenção. Assim, o presente estudo levantou uma base de dados do acometimento de doenças infecciosas e parasitárias como a Tuberculose, Hanseníase, HIV, Febre Amarela, Leishmaniose Visceral, Leishmaniose Tegumentar Americana, Rubéola e Hepatites em regiões como norte e noroeste Fluminense e sul Capixaba no período de 2009 a 2020. Posteriormente, faz-se necessário avaliar a situação epidemiológica das patologias levantadas nos municípios dessas regiões a fim de desenvolver relatórios parciais e finais para alavancar o projeto de pesquisa e, por conseguinte, produzir e submeter um artigo científico à Revista Múltiplos

³⁵ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “Doenças negligenciadas e da pobreza nas regiões norte e noroeste Fluminense e sul Capixaba: uma abordagem interdisciplinar”.



Acessos. Vale ressaltar que esse trabalho é uma pesquisa quantitativa, através de análises descritivas e exploratórias por meio de dados do Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, os quais são disponibilizados na base de dados do DATASUS e DADOSSUS. Diante disso, observar os díspares e a evolução delas nessas localidades é essencial para compreender a influência dos aspectos sociais, econômicos e ambientais na situação de saúde de uma dada população, já que esses determinantes estruturais precisam ser discutidos e aprofundados para a investigação da transmissão dessas patologias. Logo, as pesquisas epidemiológicas vão atuar como um instrumento de reorientação das estratégias de controle das doenças infecciosas e parasitárias da população, promovendo a saúde individual através de medidas de alcance coletivo.

Palavras-chave: Epidemiologia; Doenças infecciosas; Doenças Parasitárias.

Instituição de fomento: FAMESC



DOENÇAS NEGLIGENCIADAS E DA POBREZA NAS REGIÕES NORTE E NOROESTE FLUMINENSE E SUL CAPIXABA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR- DENGUE, CHIKUNGUNYA E ZIKA³⁶

Rubia de Oliveira Lima (LIMA, R. O.) – rubialima343@gmail.com¹
Bianca Magnelli Mangiavacchi (MAGIAVACCHI, B. M.) – bmagnelli@gmail.com²
Lívia Mattos Martins (MARTINS, L. M.) – liviammartins@gmail.com²

1Graduanda do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docentes do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

A priori, epidemiologia diz respeito à análise de inúmeras causas que favorecem a disseminação de doenças. Por essa perspectiva, a frequência, a evolução e a maneira como tal enfermidade se difunde são essenciais para compreender e prevenir tais óbices. Essa realidade fica claramente elucidada ao passo que regiões como norte e noroeste Fluminense e sul Capixaba são acometidas, principalmente, por arboviroses como Dengue, Chikungunya e Zika. Por esse viés, faz-se necessário avaliar a situação epidemiológica das arboviroses nos municípios dessas regiões a fim de desenvolver relatórios parciais e finais para alavancar o projeto de pesquisa e, por conseguinte, produzir e submeter um artigo científico à Revista Múltiplos Acessos. É importante salientar que esse trabalho é uma pesquisa quantitativa por meio de análises descritivas e exploratórias através de dados do Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, os quais são disponibilizados na base de dados do DATASUS e DADOSSUS. *A posteriori*, espera-se que tal projeto permita como resultado, frente a um contexto interdisciplinar, a inserção social e local dos envolvidos nessa pesquisa e dos demais preceptores, uma vez que essas regiões atuam

³⁶ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “Doenças negligenciadas e da pobreza nas regiões norte e noroeste Fluminense e sul Capixaba: uma abordagem interdisciplinar”.



como determinantes sociais e ambientais quando relacionadas a essas doenças. Diante disso, observar os díspares e a evolução delas nessas localidades é imperativo para compreender a influência da pobreza, da falta de saneamento básico e da precariedade de determinados municípios sobre as arboviroses. Destarte, as pesquisas epidemiológicas impulsionam a convergência entre medidas sociais e preventivas na saúde com intuito de transformar a assistência médica e estatal para aquela população.

Palavras-chave: Epidemiologia; Doenças infecciosas; Doenças Parasitárias.

Instituição de fomento: FAMESC

DOENÇAS NEGLIGENCIADAS E DA POBREZA NAS REGIÕES NORTE E NOROESTE FLUMINENSE E SUL CAPIXABA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR - SÍFILIS³⁷

Larissa de Menezes Jiquiriçá (JIQUIRIÇÁ, L. M.) - larissadmene.jiqui@hotmail.com¹
Bianca Magnelli Mangiavacchi (MAGIAVACCHI, B. M.) – bmagnelli@gmail.com²
Lívia Mattos Martins (MARTINS, L. M.) – liviammartins@gmail.com²

1Graduanda do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docentes do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

A Sífilis é uma infecção sexualmente transmissível (IST) curável, ocasionada pela infecção pela bactéria *Treponema pallidum*. Manifesta-se clinicamente em três estágios: primária, secundária e terciária, cada uma com manifestações clínicas características, sendo que em seus dois primeiros estágios existe maior possibilidade de disseminação. Além disso, a sífilis torna-se importante do ponto de vista da saúde pública por apresentar a capacidade de transmissão vertical. Seu tratamento permite remissão completa do quadro e menores índices de morbimortalidade. Nesse estudo objetivou-se avaliar a situação epidemiológica da sífilis adquirida (CID 10-A51) nos municípios da região Norte Fluminense. Trata-se de uma pesquisa descritiva, epidemiológica, de cunho quantitativo, sendo os dados coletados mediante busca eletrônica nos registros do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde/Brasil (DATASUS), por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Foram analisados os casos de sífilis adquirida, segundo o município de notificação, entre os anos de 2010 e 2020. O Norte fluminense abrange nove municípios e entre os achados, no período de 2010 a 2020, foram notificados 2.543 casos de sífilis

³⁷ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “Doenças negligenciadas e da pobreza nas regiões norte e noroeste Fluminense e sul Capixaba: uma abordagem interdisciplinar”.



adquirida, sendo o ano de 2019 com maior número absoluto de diagnósticos, 579. Segundo o sexo, houve predomínio de sífilis adquirida entre indivíduos do sexo masculino com 1.475 casos (58%). O município de Macaé apresentou maior registro de casos notificados no período, com 2.002, e o menor registro, com 4, foi Cardoso Moreira. Com relação à taxa de detecção, observou-se no ano de 2019, no município de Macaé, um total de 189,3 casos / 100 mil habitantes. O estado do Rio de Janeiro apresentou uma taxa de detecção de 34,2 casos. Constatou-se um aumento nas taxas de incidência da sífilis adquirida, durante o período de 2010 a 2020 na região Norte Fluminense, no entanto com um decréscimo considerável de diagnósticos no ano de 2020. Tal fator pode ser interpretado de duas maneiras: uma real redução no número de infectados e consequente menor notificação ou e a subnotificação de diagnósticos. O isolamento social no contexto pandêmico levou a menor procura por serviços de saúde e nesse sentido, devido ao número crescente de casos de sífilis adquirida nos últimos dez anos, a queda dos casos notificados pode representar um risco epidemiológico e de saúde pública.

Palavras-chave: Sífilis adquirida; Epidemiologia; Infecção Sexualmente Transmissível

Instituição de fomento: FAMESC

ESPIRITUALIDADE E RELIGIOSIDADE COMO PROMOTORAS DO BEM-ESTAR EM PACIENTE ACOMETIDO POR COVID-19 EM UTI³⁸

Karla Bernardo Batista (BATISTA, C. B.) - karlinhabji@gmail.com¹

Laryssa Coutinho de Andrade Farolfi Ribeiro (RIBEIRO, L. C. A. F.) -
farolfilary4@gmail.com¹

Lerverson Ferreira Chaves (CHAVES, L. F.) - leversonchaves@yahoo.com.br²

Rafaela Cristina Vieira (VIEIRA, R. C.) - faelacvieira@gmail.com¹

Maria de Lourdes Ferreira Medeiros de Matos (MATOS, M. L. F. M.) -
mlourdes.psi2@gmail.com²

1Graduandos do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docente do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

Desde que o primeiro caso de COVID-19 foi identificado na China, no final de 2019, tem havido inúmeras pesquisas científicas, com importantes achados clínicos. Entretanto, diante do impacto global da doença nos indivíduos, torna-se necessária uma abordagem mais holística para compreender os comportamentos de saúde e as configurações sociais e culturais que atenuam ou exacerbam as intervenções de saúde e a natureza multifacetada em que estas ocorrem. A percepção da religiosidade e espiritualidade tem se destacado significativamente no campo da saúde nos últimos anos, havendo uma nova e ampliada consciência da transcendência como parte da vida humana, tanto na doença quanto na saúde. Embora não haja consenso, a espiritualidade é geralmente considerada a dimensão dinâmica da vida humana que se relaciona com a maneira como as pessoas (individual e comunitária) vivenciam, expressam e/ou buscam significado e propósito e a maneira como se conectam com o momento, tanto para si mesmas, quanto para os outros, para a natureza, para o significativo e/ou o sagrado. Entendendo que a espiritualidade tem uma correlação positiva com a resiliência, este estudo buscou investigar o impacto da espiritualidade e religiosidade como promotoras do bem-estar de pacientes com COVID-19

³⁸ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “Pelo toque de Higeia: Uma proposta interdisciplinar para a consolidação de linhas de pesquisa estratégicas visando a avaliação dos riscos à saúde decorrentes de determinantes sociais, econômicos e ambientais com foco nas populações em situação de vulnerabilidade”.



em UTI. Trata-se de uma revisão integrativa que incluiu artigos primários indexados nas bases de dados Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PubMed (*National Library of Medicine*) e Scielo (*Scientific Electronic Library Online*). A análise descritiva dos resultados foi realizada em categorias analíticas: resiliência, otimismo e esperança, bem como paz e conforto. Os estudos demonstraram também que os pacientes expressam pensamentos e sentimentos relacionados ao medo, desespero e dúvida. Os estudos analisados demonstraram que a fé e a espiritualidade auxiliam a lidar com as experiências vivenciadas na UTI, bem como a ter esperança para o futuro, havendo uma correlação positiva entre espiritualidade e resiliência e mecanismos para o enfrentamento da doença nesta pandemia. Dada esta percepção, os profissionais de saúde podem fornecer suporte espiritual para as pessoas infectadas e afetadas pela Covid-19, garantindo que a comunicação com os pacientes seja espiritual e religiosamente sensível, direcionada de forma adequada. Embora os sistemas de saúde sejam complexos, especialmente quando se tenta levar em consideração as sensibilidades religiosas em um mundo pluralista, a promoção da saúde é possível em vários níveis. Isso pode parecer uma recomendação bastante modesta, no entanto, tratar as pessoas com sensibilidade é uma parte fundamental de ouvi-las e apreciar que suas visões de mundo podem ser diferentes, que os seus pontos de vista não são inferiores e de que entender a realidade pode não se traduzir nos contextos em que os outros se encontram. A espiritualidade e a religiosidade são, portanto, fatores importantes a serem levados em consideração na saúde, pois estão entrelaçadas de formas complexas com o comportamento individual de saúde, prestação de serviços e também normas sociais, crenças e visões de mundo, todos os quais afetam os resultados de saúde, direta ou indiretamente.

Palavras-chave: Espiritualidade; Religiosidade; COVID-19.

Instituição de fomento: FAMESC

HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE E OS DETERMINANTES SOCIAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA³⁹

Lucas Ramos Crizostomo (CRIZOSTOMO, L. R.) – lucascrizostomo15@hotmail.com¹
Ana Luísa F. de Rezende Rangel (RANGEL, A. L. F. R.) – anarezendemed@gmail.com¹
Maria de Lourdes Ferreira Medeiros de Matos (MATOS, M. L. F. M.) – mlourdes.psi2@gmail.com²
Fernanda Santos Curcio (CURCIO, F. S.) - fernandasantoscurcio@gmail.com²
Bianca Magnelli Mangiavacchi (MANGIAVACCHI, B. M.) - bmagnelli@gmail.com²

1Graduandos do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docentes do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

O discurso sobre a humanização em saúde e o direito de a população ter acesso a esse atendimento de forma adequada, no que tange às especificidades culturais, econômicas e sociais, se faz fundamental na saúde pública brasileira. Nesse contexto, o Sistema Único de Saúde, o SUS, se faz importante tendo como princípios norteadores a Universalidade, a Integralidade e a Equidade, garantindo, portanto, a saúde como um direito de todos. Nesse sentido o presente estudo tem por objetivo desenvolver reflexões sobre o entendimento do conceito da prática de saúde humanizada e a inter-relação com os determinantes sociais em saúde. A construção do estudo pautou-se no desenvolvimento de pesquisa do tipo exploratória e de natureza qualitativa, tendo como técnica de pesquisa a revisão de literatura, sob o formato narrativo, utilizando as bases de dados da SciELO e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A humanização em saúde vai muito além de um ideal demagógico; ele sugere possíveis falhas nos atendimentos em saúde, que por vezes

³⁹Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “Pelo toque de Higeia: Uma proposta interdisciplinar para a consolidação de linhas de pesquisa estratégicas visando a avaliação dos riscos à saúde decorrentes de determinantes sociais, econômicos e ambientais com foco nas populações em situação de vulnerabilidade”.



promove uma assistência não centralizada de forma eficiente, entretanto, no que diz respeito a abranger o público mais vulnerável socialmente, não alcança a eficiência dos processos tendo em vista as necessidades do indivíduo com um ser biopsicossocial. Nesse sentido, essa pauta levanta questões de suma relevância sobre igualdade, uma vez que aparece no texto constitucional adjacente a universalidade do acesso às ações e serviços de saúde. Diante do exposto, vislumbra-se uma elevada desigualdade social em relação ao atendimento centrado na humanização, onde os mais vulneráveis encontram barreiras no acesso aos serviços em saúde, em detrimento dos mais privilegiados. Visto o exposto, a humanização da saúde a toda população é dever do SUS, contudo, os entraves sociais fazem-se presentes, provocando a formação de barreiras ao acesso à saúde integral e humanizada.

Palavras-chave: Humanização; Determinantes Sociais; Saúde Pública.

Instituição de fomento: FAMESC

OS MÚLTIPLOS OLHARES DO CUIDADO CENTRADO NO PACIENTE PELOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA⁴⁰

Rayane Pires Ourique de Valois (DE VALOIS, R. P. O.) – rayane_pires17@hotmail.com¹

Luanny de Souza Santos (SANTOS, L. S.) – luannysantos19@gmail.com¹

Maria de Lourdes Ferreira Medeiros de Matos (MATOS, M. L. F. M.) – mlourdes.psi2@gmail.com²

Fernanda Santos Curcio (CURCIO, F. S.) - fernandasantoscurcio@gmail.com²

Bianca Magnelli Mangiavacchi (MANGIAVACCHI, B. M.) - bmagnelli@gmail.com²

1Graduandas do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docentes do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

O Atendimento Centrado no Paciente (ACP) consiste no acolhimento humanizado, priorizando às necessidades específicas de cada indivíduo, garantindo-lhe a melhor assistência em saúde. Sabe-se que uma assistência eficiente ultrapassa os conceitos biomédicos da relação saúde-doença, haja vista o conjunto de fatores externos que influenciam a saúde. Nesse contexto, encontram-se os Determinantes Sociais da Saúde (DSS), caracterizados como fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que afetam o indivíduo, impactando na sua saúde física e mental. Dessa forma, é importante que os profissionais da saúde conheçam tais fatores, objetivando oferecer um cuidado integral ao paciente. Esse projeto tem por objetivo ressaltar a formação do profissional de saúde no que concerne o Atendimento Centrado no Paciente e a influência dos Determinantes Sociais da Saúde na qualidade de vida dos pacientes e na prestação dos serviços pelos profissionais. A construção do estudo pautou-se no desenvolvimento de pesquisa do tipo

⁴⁰Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “Pelo toque de Higeia: Uma proposta interdisciplinar para a consolidação de linhas de pesquisa estratégicas visando a avaliação dos riscos à saúde decorrentes de determinantes sociais, econômicos e ambientais com foco nas populações em situação de vulnerabilidade”.



exploratória e de natureza qualitativa, tendo como técnica de pesquisa a revisão de literatura, sob o formato narrativo, na qual foram coletados artigos publicados nas bases de dados *Google Scholar*, utilizando os seguintes descritores: “Determinantes Sociais de Saúde” e “Cuidado Centrado no Paciente”. Na educação continuada do profissional da saúde é importante reconhecer o paciente como um ser biopsicossocial e individual, compreendendo suas particularidades, opiniões e necessidades. Nesse cenário, os avanços do conhecimento e da tecnologia encurtam as distâncias, permitindo o maior alcance da disseminação dos aprimoramentos na formação da assistência em saúde. Diante disso, atualmente, os estudos acerca do atendimento centrado no paciente e dos determinantes sociais necessitam da atenção dos profissionais da área. A busca desses especialistas pela eficiência dos processos é indispensável para um atendimento adequado que aborda a integralidade do paciente. Há elevada ausência no fomento educacional tanto da formação profissional, quanto da educação continuada dos profissionais de saúde, a fim de que esses adequem-se aos preceitos do atendimento centrado no paciente e determinantes sociais. É pertinente estimular a discussão e a pesquisa acerca da temática nos cursos superiores da área da saúde. Tal fato, deve-se à importância de garantir que os profissionais em formação sejam capazes de abordar o paciente em sua integralidade, ou seja com múltiplos olhares e não apenas com o olhar biomédico.

Palavras-chave: Atendimento Integral à Saúde; Determinantes Sociais da Saúde; Saúde Pública.

Instituição de Fomento: FAMESC

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES E DETERMINANTES SOCIAIS EM SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA⁴¹

João Pedro do Valle Varela (VARELA, J. P. V.) –joaopedrovalle01@gmail.com¹

Marcos Silva de Almeida Filho (FILHO, M. S. A.) – msalmeida24@gmail.com¹

Livia Mattos Martins (MARTINS, L. M.) – liviammartins@gmail.com²

Fernanda Santos Curcio (CURCIO, F. S.) - fernandasantoscurcio@gmail.com²

Bianca Magnelli Mangiavacchi (MANGIAVACCHI, B. M.) - bmagnelli@gmail.com²

1Graduandos do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docentes do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

O Brasil é país referência em promoção e prevenção à saúde através da implementação do programa nacional de práticas integrativas e complementares em saúde, através do Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, as Práticas Integrativas e Complementares oferecem de forma integral, vinte e nove procedimentos que utilizam recursos terapêuticos baseados em conhecimentos tradicionais. Esses atendimentos são oferecidos na Atenção Básica, de forma majoritária. Os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) se encontram intimamente relacionados com o bem-estar físico, psíquico e social, onde se objetiva o cuidado um atendimento em saúde integralizado e particularizado como referência, uma vez que parte considerável dos municípios brasileiros possui o acesso aos serviços de saúde. Esse estudo objetiva refletir sobre a interlocução entre as práticas integrativas em saúde e os determinantes sociais no processo da integralidade do atendimento. A construção do estudo pautou-se no desenvolvimento de pesquisa do tipo

⁴¹Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “Pelo toque de higiene: Uma proposta interdisciplinar para a consolidação de linhas de pesquisa estratégicas visando a avaliação dos riscos à saúde decorrentes de determinantes sociais, econômicos e ambientais com foco nas populações em situação de vulnerabilidade”.



exploratória e de natureza qualitativa, tendo como técnica de pesquisa a revisão de literatura, sob o formato narrativo, utilizando as bases de dados da SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Como complemento e aprofundamento da investigação, foi empregada a pesquisa documental. Analisar como as práticas integrativas e complementares atuam em consonância com os determinantes sociais da saúde, é entender como os diversos contextos, particularidade do indivíduo com um ser biopsicossocial e comportamentos que influenciam na ocorrência de patologias. Compreender que ao correlacionar Práticas Integrativas com determinantes sociais em saúde é imaginar o acesso à saúde das pessoas marginalizadas. Outrossim, o processo de atenção à saúde dessas populações visa compreender o contexto, a história e a vida do paciente, não apenas um indivíduo que está apresentando algum tipo de dor e, prontamente, medicá-lo, mas que o cuidado seja voltado para a integralidade do atendimento e a humanização. A pauta ora disposta levanta questões de suma relevância sobre desigualdade no acesso à saúde, uma vez que mesmo sendo garantida constitucionalmente, ainda não é praticada de forma a atender às reais necessidades dos diferentes sujeitos e grupos sociais. Portanto, pensar na inter-relação entre tais temáticas é preciso entender que, muitas das vezes indivíduos LGBTQIA+, indivíduos em situação de rua ou de qualquer outro tipo de marginalidade social, terá dificuldades de ter um acesso pleno de sua saúde, com práticas que poderiam auxiliar em seu processo de reabilitação. Nesse horizonte, observa-se que o paciente passa por preconceitos dentro das instituições e, muitas das vezes, desiste de buscar atendimento, o que impacta negativamente em sua qualidade de vida e bem-estar.

Palavras-chave: Práticas integrativas; Determinantes Sociais da Saúde; Saúde Pública.

Instituição de fomento: FAMESC.

RELAÇÃO ENTRE MARCADORES INFLAMATÓRIOS E O RISCO DE SUICÍDIO EM PACIENTES COM DEPRESSÃO⁴²

Natália Moreira de Souza Leal (LEAL, N. M. S.) - nataliamsleal@gmail.com¹

Pedro Henrique Medeiros (MEDEIROS, P. H.)- phpm45@gmail.com¹

Maria de Lourdes Ferreira Medeiros de Matos (MATOS, M. L. F. M.) -mlourdes.psi2@gmil.com²

Alcemar Antônio Lopes de Matos (MATOS, A. A. L.)-alcimamatos@hotmail.com²

Antonio Neres Norberg (NORBERG, A. N.)- paulonorberg@gmail.com²

1Graduandos do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docentes do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

O comportamento suicida é complexo e se manifesta ocasionado por uma confluência de diversos fatores e, entre estes, a desregulação do sistema imunológico. Como o suicídio se tornou uma questão crítica na saúde mental, há um crescente corpo de evidências de que a inflamação, manifestada por níveis aumentados de citocinas pró-inflamatórias e metabólitos inflamatórios, está presente em pacientes com comportamento e ideação suicida. Assim, o objetivo deste estudo é avaliar essas associações e identificar o suporte para as vias que ligam os processos inflamatórios ao comportamento suicida. Para tanto, a metodologia utilizada consistiu em uma revisão abrangente da literatura, utilizando como termos de pesquisa as palavras 'citocina', 'fatores de risco', 'quinurenina', 'autoimunidade', 'infecção', juntamente com os termos 'inflamação' e 'suicídio'. Os bancos de dados utilizados foram o Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) e PubMed (*National Library of Medicine*) e uma análise completa das publicações e suas listas de referência foi

⁴² Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “Pelo toque de Higeia: Uma proposta interdisciplinar para a consolidação de linhas de pesquisa estratégicas visando a avaliação dos riscos à saúde decorrentes de determinantes sociais, econômicos e ambientais com foco nas populações em situação de vulnerabilidade”.

realizada. Os resultados demonstraram que os efeitos da inflamação no humor e no comportamento podem ser parcialmente mediados pelos metabólitos da via da quinurenina, modulando a neuroinflamação e a neurotransmissão do glutamato. Ao mesmo tempo, constatou-se que os desencadeadores das alterações inflamatórias em pacientes suicidas podem ser atribuídas a diversos mecanismos, como autoimunidade, patógenos neurotrópicos, estresse ou lesão cerebral traumática. A literatura apontou taxas de comportamento suicida geralmente mais altas em indivíduos afetados por doenças que envolvem o sistema imunológico do que naqueles com doenças somáticas que não aumentam a inflamação. Concluiu-se que os potenciais desencadeadores de comportamento suicida incluem várias condições inflamatórias (distúrbios autoimunes e infecções) que, por meio de níveis elevados de mediadores inflamatórios, podem causar desregulação da via da quinurenina do catabolismo do triptofano, hiperativação do eixo HPA e alterações no metabolismo da monoamina nos pacientes. Esses efeitos neurobiológicos podem causar mudanças profundas na emoção e no comportamento que podem levar ao suicídio indivíduos vulneráveis. Ter como alvo o sistema inflamatório pode fornecer novas abordagens terapêuticas, bem como potenciais biomarcadores para identificar pacientes com risco aumentado. Entretanto, para que o objetivo de detecção e tratamento aprimorado de indivíduos suicidas seja alcançado, torna-se necessário desenvolver uma compreensão detalhada da origem, mecanismos e resultados da inflamação neste comportamento. Assim, mais estudos são necessários para caracterizar ainda mais a interconexão entre os gatilhos de inflamação, mediadores e fatores de predisposição ao suicídio, a fim de otimizar a sua previsão e prevenção.

Palavras-chave: Marcadores Inflamatórios; Depressão; Suicídio; Sistema Imunológico.

Instituição de fomento: FAMESC

RELAÇÕES DE GÊNERO, DETERMINANTES SOCIAIS E INIQUIDADES EM SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA⁴³

Verena Pamponet Magalhães - (MAGALHÃES, V. P.) - verena_pamponet@hotmail.com¹
Thaís Cristina Sodré Silva (SILVA, T. C. S) - sodrethaix@outlook.com¹
Tauã Lima Verdan Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²
Fernanda Santos Curcio (CURCIO, F. S.) - fernandasantosciurcio@gmail.com²
Bianca Magnelli Mangiavacchi (MANGIAVACCHI, B. M.) - bmagnelli@gmail.com²

1Graduandas do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docentes do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

A atribuição de significados para a diferença sexual que classifica e valoriza de forma distinta as características femininas e masculinas implica na transformação da diferença sexual em desigualdades, que se expressaram nos mais diversos âmbitos da existência humana e no processo saúde-doença não é diferente. Nesse sentido, no que diz respeito à dimensão de gênero no cenário das políticas públicas de saúde, é imprescindível que não haja uma observação exclusiva das diferenças biológicas entre ambos os sexos, mas, principalmente, para a perspectiva social dos processos de adoecimento. Desse modo, a naturalização da agressividade como algo intrínseco ao masculino e a fragilidade bem como a submissão como características femininas denotam uma conjuntura prejudicial nas condições de saúde de homens e mulheres. Assim sendo o objetivo do estudo é discutir a influência das relações de gênero no campo da saúde, destacando as diferenças no cuidado em saúde entre o homem e a mulher, assim como a contribuição dessas divergências para as iniquidades em saúde. Consiste em uma pesquisa básica, de gênero teórico e caráter qualitativo. No intuito de atingir os objetivos propostos, o presente trabalho estrutura-se sob uma abordagem exploratória, realizada a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como procedimento técnico adotado a revisão narrativa de literatura. Os impactos das relações de gênero tanto nos determinantes sociais em

⁴³Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “Pelo toque de Higeia: Uma proposta interdisciplinar para a consolidação de linhas de pesquisa estratégicas visando a avaliação dos riscos à saúde decorrentes de determinantes sociais, econômicos e ambientais com foco nas populações em situação de vulnerabilidade”.



saúde, quanto nas iniquidades em saúde, embora ganhem destaque no campo sexual e reprodutivo também são identificadas em outros setores dessa área. Com efeito, as mulheres relacionam-se regularmente com os serviços de saúde seja em busca de tratamento seja para a prevenção de doenças. Ademais, a expectativa de vida das mulheres é maior que a dos homens, e, conseqüentemente, tendem a uma sobrevida maior do que a dos seus cônjuges. No entanto, elas são mais propensas que os homens a desenvolverem deficiências funcionais em idades mais avançadas. Nesse sentido, é válido ressaltar também que os homens estão mais propensos a morrerem de causas externas, como é o caso de acidentes de trânsito e homicídios. Ao passo que, a morbidade referente a violência possui uma maior prevalência entre as mulheres, sobretudo, no âmbito doméstico. Assim, as diferenças de gênero no campo da saúde podem ser explicadas sob variadas perspectivas: a construção de gênero dos que procuram os serviços de saúde, dos prestadores de serviços e da estrutura dos serviços de saúde, que também são reflexo das construções de gênero. Por fim, tudo isso se deve à reprodução de padrões tanto no ensino quanto na pesquisa. Os estereótipos criados para distinguir homens e mulheres são difundidos na sociedade, repercutindo na forma com que esses indivíduos lidam com o cuidado em saúde, e conseqüentemente nos determinantes sociais em saúde. Dessa forma, as relações de gênero reverberam no processo saúde-doença dos indivíduos, cabendo às políticas de saúde e os prestadores de serviço em saúde buscar meios para intervir nesse cenário, a fim de tentar minimizar as repercussões negativas dessas construções sociais.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social; Gênero; Determinantes Sociais.

Instituição de Fomento: FAMESC.

RELAÇÕES DE GÊNERO, MASCULINIDADES E DETERMINAÇÃO SOCIAL DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA: UMA REVISÃO DE LITERATURA⁴⁴

Emily Amaral Gonçalves (GONÇALVES, E. A.) -emilyamaralgon322@gmail.com¹

Julia Vidal Emery Santos (SANTOS, J. V. E.) -juliaemery@hotmail.com¹

Tauã Lima Verdan Rangel (RANGEL, T. L. V.) – taua_verdan2@hotmail.com²

Fernanda Santos Curcio (CURCIO, F. S.) - fernandasantoscurocio@gmail.com²

Bianca Magnelli Mangiavacchi (MANGIAVACCHI, B. M.) - bmagnelli@gmail.com²

1Graduandas do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docentes do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

A relação entre o exercício da masculinidade na atenção básica é estudada para compreender como as necessidades de saúde do homem são notadas e consideradas na comunicação entre os indivíduos do sexo masculino e os profissionais de saúde, tendo como referência a identidade masculina. Esse estudo consiste em compreender os influxos das relações de gênero na determinação social do processo saúde-doença. A construção do estudo pautou-se no desenvolvimento de pesquisa do tipo exploratória e de natureza qualitativa, tendo como técnica de pesquisa a revisão de literatura, sob o formato narrativo, utilizando as bases de dados da SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Pressupõe-se que as masculinidades representam um impasse à saúde do homem, e o serviço de saúde não abrange o referencial cultural das masculinidades nas práticas efetivas de promoção à saúde. Entretanto, os padrões sociais dominantes trazem dificuldades para o bom êxito ao cuidado da saúde masculina. Embora a população

⁴⁴Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “Pelo toque de Higeia: Uma proposta interdisciplinar para a consolidação de linhas de pesquisa estratégicas visando a avaliação dos riscos à saúde decorrentes de determinantes sociais, econômicos e ambientais com foco nas populações em situação de vulnerabilidade”.



masculina procure as unidades básicas de saúde, nota-se que existem barreiras no uso desses serviços, tanto relacionados à invisibilidade quanto à não identificação dos homens com os serviços ofertados de atenção primária. É necessário ratificar que as necessidades de saúde das masculinidades e suas peculiaridades nem sempre são plenamente acolhidas pelos serviços de atenção primária à saúde. Portanto, relacionar gênero e masculinidades com os determinantes sociais da saúde vai além de avaliar somente pelas patologias geradas. Os determinantes sociais influenciam todas as dimensões do processo de saúde das populações, tanto no que diz respeito ao indivíduo quanto da coletividade da qual se insere. Afinal verbalizar sobre saúde do homem no Brasil atual ainda é considerado tabu e precisa ser desconstruído diariamente.

Palavras-chave: Saúde do homem; Masculinidades; Atenção Primária; Gênero; Determinantes Sociais da Saúde.

Instituição de fomento: FAMESC.

SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19⁴⁵

Adrielly Marques da Silva Amorim (AMORIM, A. M. S.) – adriellymsamorim@gmail.com¹
Bruno Luiz Lage Correia (CORREIA, B. L. L.) - brunomed.famesc@outlook.com¹
Mair Luce Figueiredo Porto Carrêro (CARRÊRO, M. L. F.) - mairporto@gmail.com¹
Thiago Neves de Azevedo (AZEVEDO, T. N.) – thiaguinho__neves@hotmail.com¹
Maria de Lourdes Ferreira Medeiros de Matos (MATOS, M. L. F. M.) - mlourdes.psi2@gmail.com²

1Graduandos do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

2Docente do Curso de Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos -
Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Resumo

A pandemia da COVID-19 representou um dos eventos mais estressantes dos últimos tempos e, dentre todos os afetados, os profissionais de saúde da linha de frente no tratamento desta doença têm maior probabilidade de desenvolver sofrimento psicológico e ter sua saúde mental comprometida. Neste período, à medida que o mundo enfrentou uma paralisação ou desaceleração nas atividades diárias e os indivíduos foram incentivados a implementar o distanciamento social de forma a reduzir as interações entre as pessoas e, conseqüentemente, reduzir a possibilidade de novas infecções, os profissionais de saúde tiveram que caminhar na direção oposta, devido à alta demanda por atendimentos. Assim, o presente estudo tem como objetivo investigar o impacto da COVID-19 na saúde mental dos profissionais da saúde. Esta revisão de literatura é resultado da busca realizada nos bancos de dados do Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), PubMed (*National Library of Medicine*) e Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) sendo pesquisadas as revisões sistemáticas e meta-análises relatando a prevalência de transtornos mentais entre trabalhadores de saúde durante a COVID-19. Os resultados sugerem que, devido ao aumento exponencial da demanda por saúde, esses profissionais enfrentam longas jornadas de trabalho, muitas vezes com poucos recursos e infraestrutura precária e com a necessidade do uso de Equipamento de

⁴⁵ Resumo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado “Pelo toque de Higeia: Uma proposta interdisciplinar para a consolidação de linhas de pesquisa estratégicas visando a avaliação dos riscos à saúde decorrentes de determinantes sociais, econômicos e ambientais com foco nas populações em situação de vulnerabilidade”.



Proteção Individual (EPI) que pode causar desconforto físico e dificuldade para respirar. Além disso, muitos podem se sentir despreparados para realizar a intervenção clínica de pacientes infectados por um novo vírus, sobre o qual pouco se sabe e para o qual não existem protocolos clínicos ou tratamentos bem estabelecidos. Também podem ser citados como fatores predisponentes de abalos à saúde mental o medo da autoinoculação, bem como a preocupação com a possibilidade de propagação do vírus para seus familiares e amigos, situação que pode levá-los a se isolar de sua família, mudar sua rotina e estreitar sua rede de apoio social. Esses fatores podem resultar em diferentes níveis de pressão psicológica, o que pode desencadear sentimentos de solidão e desamparo, ou uma série de estados emocionais disfóricos, como estresse, irritabilidade, fadiga física e mental e desespero. A sobrecarga de trabalho e os sintomas relacionados ao estresse tornam os profissionais de saúde especialmente vulneráveis ao sofrimento psíquico, o que aumenta a chance de desenvolver transtornos psiquiátricos. Conclui-se, portanto, que se torna imprescindível que os gestores de saúde identifiquem grupos com alto risco de desenvolver problemas emocionais, além do perigo biológico, já consagrado e divulgado, para monitorar sua saúde mental e realizar intervenções psicológicas e psiquiátricas precoces. Enquanto os profissionais dão seu máximo para salvar vidas, é necessário que sejam aliviados os estressores experimentados durante a pandemia da COVID-19, protegendo a saúde mental das equipes, bem como ajudando aqueles que precisam de cuidados e apoio adicionais para acessá-los.

Palavras-chave: COVID-19; Saúde Mental; Profissionais de saúde.

Instituição de fomento: FAMESC